

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

ATA Nº 030

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVANO AMARAL

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Boa tarde a todos!

Em nome de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública.

Quero agradecer a presença de todos os senhores e senhoras, aqueles que vieram de longe, vi pessoas de vários cantos do Estado de Mato Grosso, especialmente do norte e noroeste. Então, agradeço imensamente a presença de vocês!

Esta Audiência Pública, naturalmente, só terá sucesso e efeito se unirmos as nossas forças, principalmente os nossos trabalhadores, e os órgãos competentes, responsáveis pelos nossos assentamentos na questão ambiental, especialmente a SEMA, o IBAMA e também o INCRA, possam nos ajudar neste grande evento, nesta grande discussão que são os nossos assentamentos.

Convido para compor a mesa o Deputado Federal Valtenir Pereira; a nossa anfitriã, a Prefeita de Sinop, Rosana Martinelli; o Prefeito de Cotriguaçu, Sr. Cotcharapa; o 1º Suplente de Senador, Jorge Yanai, neste ato representando o Senador Wellington Fagundes; o Vice-Prefeito de Sinop, Sr. Gilson de Oliveira; a Drª Adriana Pommer, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente OAB Seccional Sinop; a Srª Joselita Giordani, Analista Ambiental do IBAMA, neste ato representando a Superintendente do IBAMA de Mato Grosso, Srª Lívia Martins, que é muito importante para este debate, inclusive, para as informações aos nossos assentados; o Sr. Orlando Luiz Nicolatti, Diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso, a FETAGRI; o Sr. Rodrigo Quintana, Assessor Chefe da SEMA, neste ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e o Vice-Governador, Sr. Carlos Fávaro; o Sr. Dr. Pompilio Silva Neto, Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, neste ato representando o Dr. Mauro Curvo, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; a Srª Cenilde Carvalho de Oliveira Silva, representando todos os Presidentes de Assentamentos embargados e ela é presidente do Assentamento Alto Celeste do PA Jonas Pinheiro, do Município de Vera (PALMAS).

Estamos aguardando também, que deve estar chegando, o Deputado Federal Carlos Bezerra e também o Prefeito de Tabaporã, para que faça parte conosco logo mais.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMONIAS (NARBAL GUERREIRO) –Gostaria de registrar e agradecer a presença de todos os participantes neste momento e registrar a presença da Srª Ana Luiza Piusa, Analista Administrativa do IBAMA; da Srª Luciane Bertinatto Copetti, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop; do Daniel Broelese, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Sinop; do Benézio dos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

Santos, Vereador do Município de Cláudia; do Antônio Pena Fiel, Vereador do Município de Vera; do Leonir Rizzi, Vereador do Município de Cláudia; do Vanilton de Paula Silva, Vereador de Cotriguaçu; do José Carlos Batista, Vereador de Cotriguaçu; do Emerson Biensfeld, Secretário Municipal de Agricultura de Cotriguaçu; do Vereador Odimar José Gehlen, Vice-Presidente da Câmara de Vera; do Vereador Adelino Shlmoller, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes; do César Augusto Pércio, Vereador de Nova Bandeirantes; do Marcos Sanchez, Vereador de Nova Canaã; do Vereador Cleverson Luiz Anacleto, Presidente da Câmara Municipal de Feliz Natal; da Pasqualina Gracioto, Vereadora de Feliz Natal; da Tatiany de Souza Costa, Vereadora de Feliz Natal; da Adriana de Souza Silva, Vereadora de Feliz Natal; do Vereador Vieni Oliveira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita; da Solange Zarth, Vereadora de Nova Guarita; do Vereador Éder Machado, Presidente da Câmara Municipal de Nova Ubiratã; do Vereador Jaime Hobold Júnior, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Ubiratã; do Diogo Setter, Vereador de Nova Ubiratã; do José Dias Pedroso, Vereador do Município de Nova Ubiratã; da Rosalina de Souza Oliveira, Vereadora do Município de Santa Rita do Trivelato; do Vilmar Mascarello, Vice-Prefeito do Município de Tabaporã; do Vereador Celso Machado, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã; Vereador Celso Rogerio Machado, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã; Sr. Ovídio Barbosa dos Santos Neto, Vereador também do Município de Tabaporã; Sr. Gilberto Reis Calado da Silva, vereador também do Município de Tabaporã; Sr<sup>a</sup> Laurita José de Souza Silva, vereadora do Município de Tabaporã; vereador Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá; o vereador Leandro Martins Pinto, 1º Secretário da Câmara Municipal de Itanhangá; Sr. Marcel Menezes Meurer, vereador de Itanhangá; Sr. Ari Antônio Basso, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Ubiratã; Sr. Valdir Paulino do Nascimento, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Santa Rita do Trivelato; Sr. Leomário Taborda, Secretário Municipal de Obras de Santa Rita do Trivelato.

Registro agora a presença, a chegada, do Deputado Federal Carlos Bezerra.

(PALMAS)

Registro ainda a presença de Elaine Couto, Presidente do CRECI de Mato Grosso; Gilson Ferreira dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Cláudia; José dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Sinop; Jerry Marcos Cassol, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabaporã.

Agradecemos ainda o apoio do Sr. Jean Carlos, Coordenador do Cerimonial do *campus* da UNEMAT de Sinop; e do Professor Marion Machado Bezerra, Coordenador do *campus* da UNEMAT Sinop.

Agradecemos a presença da imprensa local e regional; dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Agronegócios da OAB, VI subseção, de Sinop.

Registro ainda a presença da Sr<sup>a</sup> Ana Dias da Costa, Secretária Municipal de Administração de Sinop.

Gostaríamos de registrar também a importante presença dos Projetos de Assentamentos Boa Esperança I, II e III, do Município de Nova Ubiratã; de Wesley Manoel dos Santos, do Município de Sinop; da Gleba V, do Município de Sinop; dos representantes da gleba Mercedes do Município de Sinop; e também da Alto Celeste, do Município de Vera; da 285, do Município de Sinop; Entre Rios, Município de Nova Ubiratã, e ainda Keno, do Município de Cláudia.

A todos uma boa tarde e uma boa audiência.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Gostaria de chamar também para fazer parte da mesa conosco o Sr. Sirineu Moleta, Prefeito do Município de Tabaporã, que também se encontra com embargo no assentamento Nova Fronteira II.

Também estamos aguardando, estava de manhã no Município de Tabaporã, a equipe do INCRA.

Eu gostaria de chamar a nossa assessoria para que comece a fazer a inscrição das pessoas que desejam fazer uso da palavra.

A Audiência Pública, como os senhores sabem, é para que possamos levar às autoridades competentes as dificuldades que encontramos na questão dos nossos assentamentos, especial e especificamente em relação aos embargos ambientais.

O nosso processo hoje aqui, a nossa Audiência Pública tem como foco única e exclusivamente a questão dos embargos ambientais nos assentamentos.

Então, a assessoria que está conosco solicita que façam a inscrição. Elas estão passando pelo recinto para que possamos fazer uma Audiência Pública dinâmica e eficiente para que possamos ao final, naturalmente, colher os resultados.

Gostaria de cumprimentar as autoridades presentes, agradecer os senhores e as senhoras que estão conosco, que são representantes da SEMA, do Ministério Público, do IBAMA, os senhores e senhoras Prefeitas; todos os vereadores; os nossos trabalhadores rurais, porque sabemos das dificuldades para estarem aqui hoje, especialmente aqueles que moram distantes - estou vendo pessoas do município de Cotriguaçu, daqui lá tem uma boa distância, uma boa estrada de chão e naturalmente as pessoas saíram cedo para estarem aqui.

Também cumprimento o nosso Deputado Federal Carlos Bezerra, um grande trabalhador, uma pessoa que tem uma identidade próxima, muito fiel, à dos trabalhadores rurais de Mato Grosso.

A história do Deputado Federal Carlos Bezerra, vocês sabem melhor do que eu, se mistura com a do trabalhador rural do Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar o nobre Deputado Federal Valtenir Pereira, que é um grande companheiro e parceiro também, empenhado nessa luta; o nosso suplente de senador, Dr. Jorge Yanai, que representa o Senador Wellington Fagundes; o nosso Prefeito Cotcharapa, de Cotriguaçu; e também o Sirineu, Prefeito do Município de Tabaporã.

Em especial eu gostaria de cumprimentar em nome de todos os senhores e senhoras a nossa anfitriã, a Prefeita Rosana Martinelli.

Temos aqui o assentamento da Gleba Mercedes, que inclusive não é motivo de embargo, não está embargado, está definido pelo IBAMA, mas também sempre esteve muito próximo, junto com os nossos trabalhadores rurais.

Em nome dos nossos trabalhadores e dos nossos irmãos eu quero cumprimentar duas pessoas que são a essência do trabalhador rural, o Sr. Severino e também a Dona Marina, que são trabalhadores rurais desde que os conheço, têm o perfil do trabalhador rural, assentados aqui na Gleba Mercedes.

Quero já aproveitar para chamar aqui à mesa, que está chegando aqui a gora, o Diretor Nacional de Obtenção de Terras do INCRA, Dr. Clóvis Cardoso, que estava no Município de Guarantã do Norte, e está chegando aqui para contribuir e fazer o debate conosco, e também do Dr. João Bosco, Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer a presença dos senhores por estarem aqui. porque com certeza sem a presença dos representantes do INCRA não teríamos aqui um debate completo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Então, meus amigos, senhores e senhoras, estou dizendo aqui que viemos a esta Audiência Pública mais para ouvir os senhores, mais para ouvir as autoridades técnicas do IBAMA, do INCRA e da SEMA do que para falar.

Então quero passar a palavra para a nossa anfitriã, que tem a chave da cidade de Sinop, a Prefeita Rosana Martinelli, para que possa fazer o uso da palavra.

A SR<sup>a</sup> ROSANA MARTINELLI – Boa tarde a todos!

Eu quero dar as boas vindas a todos vocês, aos nossos convidados.

Temos muitas pessoas importantes aqui e isso nos orgulha muito. Todos vocês, de todas as formas, são importantes para nós hoje nesta discussão.

Quero cumprimentar todas as autoridades, todos os nossos vereadores, principalmente aqui, e fiquei impressionada com número de vereadores, o que mostra o quanto a Câmara que foi eleita no ano passado está participativa, a exemplo da nossa que também está representada líder, a Professora Branca.

Parabéns para todos vocês, porque vocês estão ouvindo os anseios do povo!

O vereador é ver a dor do povo. Então, realmente vocês estão fazendo o papel do vereador e isso nos orgulha muito.

Cumprimento também todas as autoridades aqui presentes.

Hoje estamos muito orgulhosos, muitos satisfeitos de termos todos vocês, a exemplo de deputados que trabalham muito, o Deputado Valtenir Pereira, que trabalha muito por nossa região, e Sinop é extremamente agradecida pelos mais de 40 milhões que ele tem trazido para o Município de Sinop, e o Deputado Federal Carlos Bezerra também.

Se estamos aqui na UNEMAT-Universidade Federal de Mato Grosso, hoje, foi obra de quando Governador, fundou a UNEMAT.

Então, muito obrigada, Deputado Federal Carlos Bezerra, pelo senhor sempre olhar por toda nossa região; especialmente, quero agradecer a Superintendência do INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na qual temos a grata satisfação de recebermos, praticamente, 200 títulos da nossa Gleba Mercedes, já recebemos 107 e receberemos mais 80; isso nos gratifica. Faz-nos cobrar o restante, queremos o quanto antes o restante dos títulos para que os assentados da Gleba Mercedes possam ter a sua dignidade; ter a sua terra verdadeiramente com documento e com isso possibilitará inúmeras conquistas.

Então, muito obrigado por todos os presentes, por todo este dispositivo que está aqui, parabéns, levem o nosso abraço ao Governador e ao nosso Vice-governador Carlos Fávaro, ainda temos um trabalho muito forte para fazer nesta região, temos muitas conquistas.

Este trabalho, hoje, realmente é para ouvir e procurar resolver o que a população está reivindicando e buscar soluções para os seus embargos.

Parabéns Deputado Silvano Amaral, que propôs esta Audiência Pública, porque só assim conseguimos ouvir o povo, compartilhar e conversar.

Parabéns a todos e muito obrigado pela presença de todos vocês no nosso município. Sejam muito bem-vindos (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Em seguida gostaria de passar a palavra ao Prefeito de Cotriguaçu, Sr. Cotcharapa.

O SR. JAIR KLASNER (COTCHARAPA) – Boa tarde, Deputado Silvano Amaral; cumprimento Vossas Excelências, Deputados Federais Carlos Bezerra e Valtenir Pereira; a Prefeita anfitriã; todos que compõem este dispositivo da mesa e todos que estão hoje neste momento tão importante, Deputado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

A sensibilidade de Vossa Excelência faz com que acreditemos, sim, em Mato Grosso, na agricultura familiar pujante com dignidade para o pequeno produtor. Sou filho de agricultor, oriundo da agricultura familiar, em um município onde somos penalizados.

Aqui tem dois vereadores que são de assentamentos, que tem suas propriedades lá e hoje nos encontramos principalmente em Cotriguaçu, numa situação muito delicada, cujo pequeno produtor parece que é bandido, desculpem-me a expressão da palavra, porque são penalizados quando existe um programa de reforma agrária, reconhecido pelo INCRA, que é o caso específico de Cotriguaçu.

Quando um pequeno produtor ganha seu pedaço de terra o intuito é de sobrevivência e aí obviamente vem a ocupação e consequentemente precisamos desmatar a floresta para poder sobreviver e manter nossos filhos. Por imposição da lei sofre-se penalização e bloqueia aquele cidadão, inviabilizando-o poder ter a sua subsistência no seu lote, invertendo o papel da reforma agrária; isso é muito grave.

Nós precisamos sim, terminar com essa distorção que existe; nós respeitamos e sabemos da importância que tem os órgãos ambientais no controle do meio ambiente, não somos contra isso, mas nós também precisamos perceber que nos assentamentos existe gente, existe povo, existem famílias que sonham em uma sobrevivência digna de criar seus filhos e suas famílias. Precisamos que as legislações sejam muito mais flexíveis para o pequeno produtor.

Então, acredito que esse debate é muito importante, nós precisamos sim saber quem esta lá no sítio sobrevivendo; acredito que a imposição do embargo ambiental nas pequenas propriedades, não é o que vai fazer eliminar o desmatamento. O que elimina o desmatamento é levar assistência, levar dignidade para quem mora lá, dar condição de quem está lá sobreviver (PALMAS),

Isso sim vai reduzir o desmatamento e não impondo os rigores da lei sem levar orientação para os pequenos produtores, não existe um programa, desculpem-me, mas não existe um programa de sustentabilidade. No Estado de Mato Grosso, temos três biomas bem definidos, o bioma do pantanal aqui no médio norte, no qual predomina o agronegócio e lá em Cotriguaçu temos a Bacia Amazônica. Devemos ter políticas diferenciadas em cada região valorizando quem está lá e quer sobreviver.

Temos casos fantásticos de associações de mulheres que sobrevivem da extração do Babaçu, do óleo de Babaçu, mas não podem vender porque a sua inscrição, a sua propriedade está embargada! É injusto. Então, precisamos ter essa sensibilidade.

Parabéns, Deputado! Espero, que daqui saia resoluções e sensibilidades futuras. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Prefeito de Cotriguaçu, Sr. Cotcharapa.

Também queria chamar para fazer uso da palavra, o nosso Prefeito de Tabaporã, Sr. Sirineu Moleta.

O SR. SIRINEU MOLETA – Sinto-me tão à vontade para falar da agricultura familiar, porque a experiência dos nossos vereadores que estão quase todos aqui; o vice-prefeito é assentado também, sabemos que fomos eleitos para olhar no olho do pobre e dizer: vocês contam conosco. Se fomos eleitos e aí estão todos os funcionários deste País, deste Estado; isso só tem sentido se estivermos a serviço daqueles que mais precisam do poder público.

Deputado é um orgulho o senhor marcar esta Audiência Pública aqui, na cidade onde estou Deputado Silvano Amaral, conheço muito o Deputados Federais Carlos Bezerra e Valtenir, a nossa Prefeita conhece muito, temos 1100 lotes com embargos do INCRA, IBAMA-

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - vocês imaginem a história de 10, 15 anos lutando, lutando, lutando, lutando, sem ter condições de financiamentos para aqueles que mais precisam.

Dói para qualquer gestor saber que quem mais precisa, nós que estamos no poder, não estamos olhando com o olhar do pequeno produtor. É duro sabermos que, às vezes, um funcionário que recebe o nosso salário, às vezes, deixa de receber seu sustento, porque a legislação federal e a legislação estadual são arcaicas e não defendem a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso.

Precisamos valorizar e respeitar o agronegócio, sim, mas fomos eleitos e aí, com muita clareza, fomos eleitos pela maioria e a maioria são as pessoas que precisam do poder público.

Meus amigos do IBAMA, companheiros do INCRA estamos felizes por este momento e coloquem lá, dentro dos órgãos onde vocês representam nosso povo, a possibilidade de fazer a diferença respeitando cada região, valorizando, defendendo a agricultura familiar, porque a única forma de levar alimento neste Estado para todos e todas é por meio da agricultura familiar.

Eu só quero terminar a minha palavra antes que alguém venha dizer que já terminou, só queria dizer a importância de vocês por nós estarmos aqui; nós, os Prefeitos, a partir deste momento, dizemos assim: estamos juntos. Os nossos Vereadores de Nova Fronteira, nossos Vereadores de Americana, de Tabaporã... Significa que queremos nos unir com Sinop, com Cláudia, com Feliz Natal, com União do Sul, Cotriguaçu para defender um único objetivo: vida para todos, em especial, colocar o nosso poder eleito pelo povo a serviço do nosso povo.

Então, Deputado Silvano Amaral, parabéns.

Deputado Carlos Bezerra, o senhor é de casa, sabe o que é agricultura familiar, quando estiver lá com o Sr. Valtenir faz com que possa avançar a liberação dos bloqueios.

Muito obrigado aos companheiros do INCRA, do IBAMA, eu sei o sofrimento que é estar dentro de uma estrutura arcaica, que prende, que mata, que pressiona, que destrói e as vezes destrói vidas.

Que Deus abençoe nosso trabalho. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Prefeito da cidade de Tabaporã.

Quero aqui também agradecer imensamente a UNEMAT, por meio do seu Coordenador Dr. Marilon, pela cessão do espaço. Quando procuramos aqui esse evento, esse apoio, essa grande estrutura, foi imediato. Então quero imensamente agradecer os senhores, porque sabemos do compromisso também que a UNEMAT tem com a questão social do nosso Mato Grosso. Muito obrigado.

Quero aqui fazer um convite para que pudesse fazer parte conosco a Dr<sup>a</sup> Ivana Silva Sobral, que é Coordenadora Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, e já agradecer a Dr<sup>a</sup> Ivana pelo seu empenho, pelo seu esforço de estar aqui conosco hoje. Ela já esteve de manhã lá em Tabaporã junto com o Dr. Clóvis, junto com Dr. João Bosco e agora está conosco aqui, muito obrigado Dr<sup>a</sup> Ivana por sua presença.

Vou abrir, mais uma vez, a palavra para o Dr. Clóvis Cardoso, que é Coordenador Nacional de Obtenção de Terras do Estado de Mato Grosso, em seguida vamos fazer a abertura da palavra para os inscitos, para os nossos trabalhadores; depois, passaremos a palavra aos representantes, que são pessoas técnicas que estão aqui, do IBAMA; à Dr<sup>a</sup> Ivana, do INCRA; e também ao Dr. Rodrigo, que é também técnico, embora seja assessor do Presidente, é uma pessoa especializada na questão ambiental do INCRA, especialmente, na questão do CAR. Nós aprovamos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

uma lei agora, não é doutor, no dia 26 de maio, que dará uma boa melhorada para avançarmos na questão do INCRA, da regularização ambiental no Estado de Mato Grosso.

Gostaria de convidar para falar Dr. Clóvis Cardoso, que é uma pessoa que tem uma história muito grande com os trabalhadores do Estado de Mato Grosso. Dr. Clóvis, por vários assentamentos que passamos... À época, ele participou da implantação de boa parte dos assentamentos. Então, é um grande conhecedor das dificuldades dos nossos trabalhadores rurais, da agonia e hoje pela sua experiência está lá como Diretor Nacional de Obtenção de Terras do INCRA lá em Brasília.

Dr. Clóvis, o senhor está com a palavra.

O SR. CLÓVIS CARDOSO – Obrigado.

Eu gostaria de agradecer o convite formulado pela Assembleia Legislativa, por meio do seu Presidente, Eduardo Botelho, para que o INCRA, enquanto instituto que cuida da questão agrária no Brasil, viesse participar em Sinop; e por meio do Deputado Silvano Amaral, que esteve em Brasília e solicitou, fez o convite ao Presidente do INCRA e a nós também.

Eu vim para cá representando a Diretoria do INCRA, o Presidente do INCRA, até porque essa questão ambiental está justamente em minha diretoria, a Sr<sup>a</sup> Ivana Sobral é a Coordenadora Nacional da questão ambiental do INCRA e junto com a Superintendência estamos representando o INCRA Nacional, temos mais um técnico, que é o Érico Vilar, presente nesta atividade.

Eu gostaria de, em breves palavras, sintetizar um pouco essa questão ambiental. Hoje sofremos não pelos erros, mas com a necessidade que tivemos no passado. Antigamente, não tínhamos órgãos tão ativos na fiscalização do meio ambiente, que é uma necessidade humana. Se não preservarmos, logicamente, os nossos filhos e os nossos netos não terão capacidade de sobrevivência no planeta Terra.

Isso é uma coisa que todo mundo sabe, só que quando chega num caso concreto em si é que pega. Existe uma necessidade de produção na Amazônia, não é? Essa necessidade nos levou, levou o INCRA a fazer, em determinado momento, assentamento sem o regramento ambiental e, logicamente, logo após nos foi cobrado, não só do INCRA como do parceleiro.

O Governo brasileiro vem atuando ano após ano no sentido de sanar essas questões, principalmente dos assentamentos na Amazônia Legal, não é só Mato Grosso que vive essa situação de embargo, é toda a Amazônia, é o Estado do Pará, do Acre, de Roraima, Rondônia, até o Maranhão, em que eu estive recentemente, e eles têm problemas sérios, como os outros Estados do Nordeste, do Sul, do Sudeste etc.

Essas questões ambientais, inclusive dos embargos, vêm sendo tratadas em nível nacional entre o INCRA e o IBAMA, existe uma câmara técnica que vem discutindo, às vezes caso a caso, uma solução geral para o problema. Eu não gostaria de entrar no problema técnico, até porque é um negócio meio complexo – a Dr<sup>a</sup> Ivana logo após vai fazer o uso da palavra –, mas eu gostaria de ressaltar o empenho do Deputado Carlos Bezerra nessa questão, constantemente ele tem ido ao INCRA cobrar uma solução para essa questão dos embargos na região, e do Deputado Valtenir. São pessoas, são dois Deputados que vivem imensamente a questão dos projetos de assentamento.

Dizer também da minha alegria de estar aqui presente, eu sei que alguns dos senhores me conhecem de quando eu fui Superintendente do INCRA no Estado de Mato Grosso, e nós implantamos, como disse o Deputado Silvano Amaral, vários projetos aqui nessa região e que hoje sofrem algum tipo de problema. Mas o INCRA vem tendo algumas atividades que são necessárias e importantes, por exemplo, por meio de um convênio com a Universidade de Lavras,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

nós esse ano vamos fazer um CAR, a regularização ambiental de todos os projetos de assentamentos do Brasil e um passo posterior... Eu estava conversando com o técnico da UnB, de fazer o CAR, lote a lote, para tentar regularizar o restante dos projetos que ainda precisam, até porque, projeto de assentamento ou lote que não tiver o CAR, no ano que vem, não poderá receber o título definitivo da sua terra. É uma imperiosidade, é uma necessidade para que se tenha a regularização ambiental.

Eram estas as breves palavras, estamos à disposição, viemos de carro de Guarantã até aqui, porque sabemos dessa necessidade, não só por vivência, como também pelos Deputados Federais, Carlos Bezerra e Valtenir Pereira, Deputados Silvano Amaral e outros Deputados, que têm buscado constantemente discutir este problema.

Eu gostaria de saudar a FETAGRI, também, que está presente... Eu fui advogado da FETAGRI durante 10 anos. Ontem, eu estive com o Presidente da CONTAG...(PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL)... Não, o Alberto é vice agora.

Estivemos almoçando, e uma das pautas dessa conversa com a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura foi justamente a questão ambiental. Então, um abraço a vocês e estamos à disposição.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Dando sequência, como eu disse no início, viemos aqui mais para ouvir do que para falar. Gostaríamos de começar abrindo a fala para a plateia, chamando o primeiro inscrito, que é o Sr. Edilson Carneiro Garcia, do Assentamento da Nova Fronteira, da Gleba Mercedes, melhor dizendo, do Assentamento da Gleba Mercedes 5.

O SR. EDILSON CARNEIRO GARCIA - Boa noite!

A minha pergunta é para o INCRA. Posso fazer uma pergunta fora do meio ambiente? Pode ser? É em relação ao título passado que recebemos. Eu tenho um problema que será atingido. Eu assinei os 80 hectares, e essa terra ficará 50 hectares para a CES - Companhia Energética de Sinop. Eu queria saber do INCRA quem pagará essa diferença, porque a CES diz que não pagará. Eu terei que pagar?! Os 32 hectares são remanescentes meus. Eu queria que tivesse uma solução para todo esse problema. Está surgindo esse impasse para todos que assinaram, em relação ao título passado. Eu quero tirar essa dúvida, e que tenha uma resposta a todos nós aqui hoje por parte da Superintendência do INCRA.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Obrigado, Sr. Edilson. Eu vou só pedir ao pessoal do INCRA que possa depois responder ao senhor, uma vez que teremos que tratar da questão ambiental, até mesmo porque as pessoas que estão aqui hoje vieram preparadas para o tema do meio ambiente. Mas também não podemos deixar o senhor sem resposta e, naturalmente, acho que essa situação da Gleba Mercedes V é uma situação que, inclusive, já houve outras discussões, debates, e que possamos responder.

Eu quero chamar o Sr. Gilson Ferreira dos Santos, que é agricultor, para que possa fazer o uso da palavra.

O SR. GILSON FERREIRA DOS SANTOS - Boa tarde a todos e a todas. A minha pergunta é mais direcionada para o Deputado Federal, nosso companheiro Carlos Bezerra. Às vezes, falamos muito em defesa do trabalhador, às vezes, falamos muito no massacre, que vai diretamente para o trabalhador, e eu gostaria de ouvir do Deputado, por que elegemos uma pessoa para defender o trabalhador, e ele vota uma lei que atinge o direito dos trabalhadores? Eu queria só que ele passasse para mim, esclarecesse, para que pudéssemos entender melhor, porque ficamos um pouco com aquele zumbido no ouvido. Elegemos para que sejam defendidos os nossos direitos e daí a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

pouco sentimos que estamos sendo pisoteados, essa é a minha pergunta para o Sr. Carlos Bezerra, de coração.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Nós vamos, então, Deputado Federal, para que possamos continuar... Então essa pergunta fica para que Vossa Excelência possa responder na sua fala.

Em seguida, eu gostaria de chamar o Sr. Odimar Gehlen, Vereador do Município de Vera.

O SR. ODIMAR GEHLEN - Boa tarde, quero cumprimentar todos da mesa; parabênzo o Deputado pela organização, parabênzo também os Deputados Valtenir Pereira, Carlos Bezerra, e os demais colegas do INCRA e todos.

Minha pergunta é referente ao PA Jonas Pinheiro. Sou vereador de Vera e morador do PA Jonas Pinheiro, na comunidade Alto Celeste. A antiga reserva do Alto Celeste, que foi compensada com a área do Parque do Ranuro... Foi encaminhado, no dia 16 de novembro de 2016, para a SEMA, esse protocolo dessa compensação que foi feita, a transferência dessa área. Era referente a esse assunto a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Obrigado, Vereador. Essa pergunta depois o Superintendente de Mato Grosso dará a resposta a Vossa Excelência.

Também inscrito para fazer o uso da palavra, o Sr. Jaime Hobold Júnior, Vereador do Município de Nova Ubiratã.

O SR. JAIME HOBOLD JÚNIOR - Boa noite a todos!

Em nome do Deputado Federal Valtenir Pereira, quero cumprimentar a mesa.

A pergunta é direcionada ao IBAMA. Temos um perdão de dívida ambiental de 2008 para trás. Então, após essa data - se é que isso valerá para assentamento -, nós tivemos um perdão ambiental. Após isso, estamos num assentamento com 34 mil hectares; em 2008, praticamente, havia 7 mil em área aberta; e, hoje, temos 4 mil em mata. Então, o passivo nosso é grande; temos lá, hoje, 314 alunos estudando no período da manhã numa escola dentro do nosso distrito.

O Deputado Federal Valtenir Pereira esteve conosco lá com o Prefeito Valdenir, há um ano e meio mais ou menos. Ele é conhecedor da nossa luta. O IBAMA frequentemente desce multa nos produtores, que abriram além do permitido... Nós não temos ideia do que é a lei. É um assentamento que é totalmente mato. Quando o INCRA colocou os assentados lá dentro, nem estrada tinha. São 408 lotes e é possível que tenhamos embargada a nossa produção. Temos uma bacia de leite forte, temos uma parte com a agricultura, com quase 7 mil hectares de lavoura lá hoje.

Então, a pergunta é: como se resolve? Já demos entrada no Ministério Público Federal em Cuiabá, requerendo os títulos; temos o geo da nossa área feito em partes, e o Ministério Público, até agora, não nos deu o título. Estão saindo títulos para o Município de Nova Ubiratã, em outro assentamento, com 915, o total, eu acredito que, no assentamento tem o título do Boa Esperança, próximo ao Boa Esperança, no Piratininga, sendo o próximo a ser entregue dentro de Nova Ubiratã... E estamos a 150 quilômetros da sede do município nessa situação.

Então, a minha preocupação maior é que o IBAMA já foi, multou, o INCRA terá que ir lá homologar algumas pessoas que não foram homologadas e fica a dúvida: como, de que jeito e quando isso será resolvido?

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado, Sr. Jaime, Vereador do Município de Nova Ubiratã.

Então, a pergunta foi feita ao IBAMA e, depois, o representante poderá responder.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Quero chamar o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Fronteira, Gleba Mercedes V, Sr. Jerry Marcos Cassol, para fazer uso da palavra.

O SR. JERRY MARCOS CASSOL – Quero agradecer, em nome do nosso Prefeito Sirineu Moleta, todas as autoridades do nosso Município, os vereadores e os demais.

Quero agradecer o Deputado Silvano Amaral que tem feito um brilhante trabalho nessa gestão por Mato Grosso; nosso anfitrião, nosso Deputado Carlos Bezerra, que tem abrilhantado com o seu trabalho sempre a agricultura familiar.

Quero agradecer os demais componentes da mesa, em nome do primo Zé e, também, o Presidente do Sindicato de Sinop, Sr. Manoel. Eu sou de Tabaporã.

Quero colocar um pouco sobre o nosso assentamento, que é um dos assentamentos muito sofrido e que está, ainda, sofrido, que tem alavancado muito a produção para a agricultura familiar, mas desde 30 de julho de 2006 houve o embargo federal. O IBAMA embargou o INCRA que, na época, embargou 49.000 mil quase 50.000 mil hectares e o assentamento tem 62.000 mil hectares. Então, foram embargados 80%, mais ou menos. A área foi embargada total, mas outro desmatamento, na época, já havia sido de mais de 80%. A legislação, na época, só previa a abertura de 50%, mas quando houve o embargo já se tinha abertos 80% e fomos todos penalizados.

O equívoco que aconteceu e que ocorre até hoje, foi que o próprio Código Ambiental, aprovado em 2012, fala que quem abriu até 22 de julho de 2008 estaria isento até 4 módulos. O nosso não dá nem um módulo fiscal. Então, ainda, hoje, permanece isso. E o que acontece? Não conseguem tirar esse desembargo? O próprio IBAMA embargou em 20 de julho de 2006, antes da lei. Foi feita a lei, mas, até agora, não conseguem tirar o desembargo.

Fomos parabenizados com o trabalho por toda equipe de deputados e senadores. O João Bosco tem feito um bom trabalho e fomos contemplados com os títulos, agora. Isso foi... Ficamos todos contentes e falamos: agora, vai! Infelizmente, hoje, mesmo com os títulos definitivos das nossas terras, o Banco do Brasil não libera crédito para nós. Por quê? Porque o banco não está indo em cima da minha matrícula individual. Ele está indo em cima da matrícula da Mercedes no contexto geral. Então, mesmo com os títulos não conseguimos pegar nossos créditos hoje. Infelizmente, é isso que está acontecendo! É preciso que se tire o desembargo da Mercedes do contexto todo para, depois, conseguirmos individualmente nosso crédito.

Eu espero que o IBAMA entre num consenso com as autoridades e as autoridades vejam essa questão. Essa questão já foi trabalhada muito todos esses anos e, até agora, não foi almejado o que deveríamos ser contemplados.

Agradeço muito!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Cassol, da Gleba Mercedes 5.

Tem uma pergunta deixada ao IBAMA e ao INCRA.

Em seguida, convido o Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, para fazer uso da palavra.

O SR. ELEANDRO CESAR CASSOL – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar toda a população, as autoridades presentes, colegas vereadores, representantes dos nossos municípios e o dispositivo de honra.

Eu acho que a situação dos assentamentos é quase, no geral, muito parecida num todo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Os assentamentos foram criados, implantados. Sabemos que 2006, 2007, 2008, 2010 para frente a economia, a agricultura, nas regiões do Centro-Oeste se expandiu e, logicamente, os assentados, também, fizeram a abertura de suas áreas. Eu acho que ninguém é contra a preservação. Precisamos e devemos preservar! O IBAMA faz o seu papel, mas acho que precisamos, o Poder Público precisa encontrar uma solução. Talvez, essa solução seja o INCRA disponibilizar uma área, um parque, não sei, para que possa suprir o passivo ambiental, especialmente, dos assentamentos. Aí poderá, sim, o assentado entrar com a contrapartida por que não. Por que não? Porque é de interesse dele que seja resolvida a situação ambiental.

Então, eu acho que tem como resolver. É possível! Temos no Brasil vários parques, várias reservas possíveis de serem destinadas para isso, onde o parceleiro possa contribuir com certa quantia de valor com a União para que seja preservado isso. É necessário que essa situação seja resolvida, porque, caso contrário, estamos inviabilizando a agricultura familiar, estamos inviabilizando os assentamentos.

Era isso!

Quero somente saber se há um pensamento nesse sentido, se há um trabalho nesse sentido e se isso poderia ser viável? Senão, qual a proposta para que seja resolvido? Porque, caso contrário, não acredito que nenhum assentado vai querer reflorestar ou deixar a vegetação retornar. Isso é inviável para a nossa região. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado. Sr. Eleandro Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá.

Essa é uma pergunta que pode ser respondida pela própria SEMA e, também, pelo INCRA e pelo IBAMA, a proposta dita pelo Sr. Eleandro Cassol.

Quero chamar, em seguida, para fazer uso da palavra, o Sr. José Carlos Batista, Vereador do Município de Cotriguaçu.

O SR. JOSÉ CARLOS BATISTA – Quero fazer uma pergunta, na verdade, para todos os órgãos que estão aqui nos representando, seja Federal, Estadual, SEMA, IBAMA.

Moramos em um assentamento, talvez, o mais distante de Mato Grosso, o segundo maior assentamento do Estado de Mato Grosso. Estamos desde 2007 embargados. Estamos com 10 anos que não conseguimos crédito para nada no nosso assentamento. Estamos passando por uma situação como foi feito o novo Código Florestal que dá anistia até 2008.

Eu gostaria de saber do IBAMA, da SEMA e do INCRA, por qual motivo, se foi dada anistia até 2008, fomos embargados em 2007 e estamos embargados até hoje? Qual é o estilo que vocês usam? Qual a responsabilidade que vocês têm com os pequenos produtores? Porque, muitas vezes, um grande empresário chega ao Banco e tem condições de pegar em empréstimo rápido. E para nós há dez anos não saí um centavo no assentamento, não saí uma casinha. Nós temos mais de 300 casinhas para serem construídas, mais de 600 para serem reformadas e até hoje não pagamos um real no assentamento. Estou falando exclusivamente de um assentamento, mas temos três assentamentos dentro do município.

Eu também gostaria de fazer uma pergunta à SEMA, ao IBAMA e aos nossos Deputados Federais. Foi dada anistia para 2008, só que o Código Florestal foi aprovado em 2012, e no meio dessa turbulência quantos desmataram? Qual vai ser o atendimento nosso?

Aqueles que moram há mil quilômetros de Cuiabá, dos grandes centros, onde muitas vezes têm que produzir plantas que têm durabilidade, porque não adianta produzirmos lá, vamos supor, banana, mamão, abacaxi, como eu estou vendo aqui, que não vamos conseguir vender,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

porque a nossa cidade é pequena, todos produzem e não temos nem estrada para escoar dali até Cuiabá.

Como é que vamos conseguir sobreviver dentro de 50 hectares, se derrubarem, talvez, 15, 20 hectares? Muitas vezes, nas nossas terras em Mato Grosso conseguimos de duas a três vacas por alqueires, como é que vamos conseguir produzir e viver em 5 alqueires de terra? De 20 alqueires, 5 alqueires para você trabalhar. Talvez, aqui perto de Sinop, perto de Cuiabá você consiga até sobreviver.

Mas, eu gostaria que qualquer um de vocês, que hoje tem o seu salário de 10, 15, 20, 30 mil, que fossem viver onde vivemos e onde trabalhamos para verem o quanto sofremos, porque aí, sim, vocês vão ver o quanto nós sofremos.

Eu gostaria que todos vocês olhassem mais para o pequeno produtor, para que tivéssemos condições de ter uma vida digna.

Quero falar aqui, já falei para o Deputado Federal Carlos Bezerra, o que foi feito pelo TCU/ Eles embargaram... Se você hoje pegar uma renda, tiver uma renda razoável no assentamento, se você for assentado, eles vão lá e te embargam. Eles te embargam, porque você está com enriquecimento ilícito. Será que é só o pequeno, talvez, que conseguiu 30, 40 mil e se você plantar um alqueire de café você tira? Será que é só o pequeno que é visto dessa maneira?

Eu quero relatar que o colega antes falou sobre a reposição em parque, nós no nosso assentamento temos 83% de reserva. Nós não desmatamos 17% do nosso município e estamos embargados no assentamento dentro do município que esta com 83% de reserva intocável praticamente, muitas vezes áreas de manejo e muito pouco desfrutado, pelo menos nessa área nós temos muito ainda o que desfrutar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Vereador José Carlos Batista, pela sua participação.

Quero chamar também para fazer uso da palavra o Secretário Municipal de Nova Ubitatã, o sinopense Ari Antônio Basso.

O SR. ARI ANTÔNIO BASSO – Boa tarde a todos!

Quero agradecer, primeiramente, a Deus por esta oportunidade.

Em nome da Secretária de Meio Ambiente, uma referência nacional na questão ambiental, a colega Luciane, cumprimento todos os presentes; em nome do meu amigo, meu médico, Senador Jorge Yanai, cumprimento todos os componentes da mesa.

Parabenizo o Deputado Silvano Amaral por esta iniciativa.

Realmente, estamos muito abandonados, estamos sempre à mercê da esperança de um dia chegar uma comissão do INCRA no nosso assentamento no Município de Nova Ubitatã PA Boa Esperança I, II e III, fazendo vistoria, homologando novos parceleiros, porque os antigos não sobreviveram mais, não tem acesso a crédito, não conseguem sustentar suas famílias, não conseguem dar dignidade aos seus em casa. É muito preocupante a situação desses assentamentos.

Nós temos uma preocupação com o meio ambiente, sim. Além de ser Secretário de Meio Ambiente de Nova Ubitatã, sou casado com uma parceleira do PA Boa Esperança e tenho dois filhos que lá também tem a sua parcela.

É muito difícil um pai de família olhar para a criança e não ter condições de dar uma roupa melhor. Nós temos vizinhos que quando chove e venta, saem das casas e vão para o meio do terreno, porque a casinha deles é de mil novecentos e antigamente e vai cair em cima deles.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Problemas sociais enormes, todos eles oriundos por causa desse embargo ambiental que perdura por mais de 10 anos.

E eu pergunto: se no nosso País não tem a pena de morte, não temos prisão perpétua, por que estão perpetuando esses embargos no nosso Mato Grosso? Está na hora de desembargar. O Ministério Público está na hora de olhar se não há outra condição. Se vão ao IBAMA, eles falam: “Vai ter que fazer um TAC”. Você vai a SEMA: “Tem que fazer um PRAD”.

Ninguém tem condições de fazer PRAD; ninguém tem condições de fazer PRA. Não temos condições de sustentar as nossas famílias se não tivermos fomentação de Bancos públicos; não temos condições de viver no assentamento se não houver esse desembargo e, realmente, fazer aquela comunidade crescer.

Eu deixo aqui uma proposta ao senhor, Deputado Silvano Amaral, o grande idealizador desta Audiência Pública, e aos nossos representantes federais que se unam à Bancada, porque a lei de Deus nós não podemos mudar, mas a lei dos homens nós podemos adequar.

Vamos adequar esses assentamentos para que sejam preservadas às APPs. Que sejam recuperadas todas as APPs por meio de cooperativas, associações e comissões. Água é um bem sagrado; nascente nós preservamos, mas a terra cultivamos e dela tiramos o nosso sustento.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Sr. Ari, companheiro nosso que agora é Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Ubiratã.

Com a palavra a Sr<sup>a</sup> Luciane Bertinatto, Secretária Municipal de Meio Ambiente, que é também uma especialista da Secretaria de Meio Ambiente, tem um grande currículo no meio ambiente do Estado de Mato Grosso, já andou, inclusive, na região de Cotriguaçu, já estive em vários cantos do Estado de Mato Grosso, para que possa também contribuir com a nossa Audiência Pública.

A SR<sup>a</sup> LUCIANE BERTINATTO COPETTI – Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento, em especial, o condutor desta Audiência Pública, o nosso colega Deputado Silvano Amaral e a Prefeita Rosana Martinelli, em nome dos quais eu cumprimento todos os componentes da mesa, todas as autoridades.

Ontem eu conversava com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Sinop sobre a situação das questões ambientais dos assentamentos daqui.

Há pouco, também, discutia com a Prefeita Rosana acerca do nosso papel nessa grande atribuição que é ajudar. Não é, Prefeita? Entendemos perfeitamente e pelo meu trajeto junto aos assentamentos, justamente em Cotriguaçu - não é Cotcharapa? -, nós andamos lá, por Nova União, conheço bem a realidade desse povo que tem uma grande parcela de contribuição na produção de alimentos deste País e sei da necessidade de se fazer um trabalho em conjunto para que possamos solucionar.

Legislação nós temos para cumprir, muitas. O que nós precisamos é objetivar o nosso trabalho e fazer com que isso realmente saia do papel.

Então, se eu pudesse contribuir com esta Audiência Pública, pela minha experiência, pelos anos que já percorri com relação ao cadastro ambiental rural, com relação ao licenciamento ambiental de imóveis rurais, só tem uma forma de solucionarmos o problema, a solução está no caso a caso, um a um, individualmente.

Cada propriedade é uma situação, cada propriedade tem uma forma de como isso foi aberto, de como foi tratado, de como o produtor rural naquele momento fez a abertura da sua área, que ano ele fez isso e como ele fez.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Então, o meu entendimento - não é Cotcharapa? – é que tratemos isso individualmente e o papel da gestão pública municipal, eu ainda não consegui me dedicar para a área rural do Município de Sinop pelas atribuições que temos nas áreas urbanas e organizações que estamos tentando fazer com relação à questão de gestão de resíduos e licenciamento ambiental, mas o encaminhamento que fiz com o Presidente do Sindicato Trabalhadores ontem é o de que olhemos para os nossos assentamentos aqui de Sinop e isso pode ser também trabalhado em conjunto com os demais municípios, que possamos individualizar as situações e resolver caso a caso, porque cada um é uma situação.

Então, em parceria com a prefeitura, juntamente com os sindicatos dos trabalhadores e com os assentados, a gente possa fazer uma operação, uma tarefa de solucionar os problemas.

A secretaria municipal tem uma extrema sensibilidade com relação a isso, estamos abertos à discursão, inclusive para observar os Termos de Ajuste de Conduta, se alguns foram assinados ou não, como encaminhar isso junto aos licenciamentos ambientais, à regularização, desembargos, enfim, fazer realmente com que isso possa sair do papel, que consigamos objetivar e desembargar aquilo que está embargado, mas dentro daquilo que é prerrogativa da legislação e que os municípios podem ajudar e contribuir.

Então, a Prefeitura de Sinop está sensibilizada com essa situação e nos colocamos à disposição para poder fazer os encaminhamentos necessários no que tange ao Município de Sinop. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Secretária Municipal Sr<sup>a</sup> Luciane Bertinato, pela sua participação.

Quero só dizer também que ao final desse tema faremos aqui a entrega simbólica, na verdade o INCRA fará a entrega simbólica, de cinco títulos para o Assentamento da Gleba Mercedes, no total são 83 títulos, que será feito pelo INCRA do Estado de Mato Grosso e pelo INCRA Nacional, e a entrega desses cinco títulos representando os demais trabalhadores da nossa Gleba Mercedes.

Chamo para fazer uso da palavra, o Sr. Pedro Valcir da Rosa, Presidente da Associação São João do Município de Sinop.

O SR. PEDRO VALCIR DA ROSA – Em primeiro lugar, quero dar uma boa noite para todos os nossos companheiros que deixaram seus lares para estarem aqui e prestigiar esta Audiência Pública que vem ao encontro de cada um de nós, porque é o momento de nos unir para buscar soluções para todos.

Quero agradecer a mesa representada por lideranças e parabenizar por esta iniciativa, porque nós precisamos, na verdade, do apoio federal, estadual e municipal, para que possamos resolver o problema da agricultura familiar, enfim.

Eu tenho uma situação e estou com uma cédula registrada em cartório para receber o Mais Alimento, só que por uma normativa que foi baixada pelo governo do Estado, entendo, bloqueou esse recurso. Então, já que estamos discutindo a questão ambiental, eu quero pedir também que o Deputado Silvano Amaral e demais lideranças do Estado, Deputado Federal Carlos Bezerra, enfim, todos, não citarei os nomes porque não lembrarei de todos, estamos aqui, somos da Gleba Mercedes 5, somos várias lideranças e associações, o nosso trabalho é um trabalho em prol da agricultura familiar, em prol dos nossos companheiros que estão lá há 20 anos lutando por aquele direito de poder sobreviver no assentamento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

O que muito entristece a todos nós que moramos lá é que temos um documento que se chama CCU, que recebemos há anos, e naquele documento está escrito que dos nossos lotes está excluída a reserva coletiva.

Temos a liberdade de explorar totalmente toda área, vimos cobrando inúmeras vezes e não recebemos nenhuma resposta sobre essa situação.

Agora coloca aos senhores, aos nossos representantes da Assembleia Legislativa do Estado e Federal, e a nossa prefeita Rosana Martinelli, que analise. Por quê? Nós temos 70 hectares de terra e somos punidos por abrir a nossa terra para nossa sobrevivência.

Não tivemos condições de comprar uma área de terras para ser um agricultor da agricultura familiar, ganhamos o direito de poder ser contemplados e adquirir esse pedaço de terra, mas agora somos penalizados pelo próprio Governo Federal que vem trancando nosso direito de trabalhar.

Então, nós precisamos de uma atenção para esse lado, vejam essas questões para nós, porque é o direito de cada um de nós que estamos aqui, todos agricultores familiares.

No assentamento Wesley Manoel temos várias situações. O IBAMA chegou lá e multou parceiros que simplesmente sobrevivem do leite de quatro ou cinco vacas.

Como é que esse produtor vai conseguir pagar uma multa para poder sair desse embargo, sendo que nós tínhamos a liberdade de explorar totalmente a área?

Pedimos que o INCRA analise o que está acontecendo. Se fizeram esse documento, esse documento não saiu aqui de Sinop, foi por uma autoridade federal.

Se naquele CCU reza que temos a nossa reserva coletiva, por que não aparecer essa reserva? Nos deem o direito de explorar totalmente a nossa área, assim como está no documento.

Eu não tenho aqui em mãos para apresentar, mas, se necessário, me cobre porque eu apresento inúmeras CCUs que constam detalhadamente essa situação.

Desde já quero agradecer a presença de todos os nossos companheiros que estão aqui.

Continuemos unidos para defender essa causa que não é minha, é nossa...  
(PALMAS)

Quero agradecer aqueles políticos que realmente compram a nossa briga e buscam a verdade da nossa situação, porque inúmeras vezes cobramos e nunca fomos respondidos.

Essa cobrança foi direcionada ao IBAMA, que esteve no assentamento multando, é cobrado do Superintendente do INCRA, que está aqui, o nosso companheiro Bosco, para que analise isso, porque nós precisamos de uma resposta urgente, porque precisamos buscar os recursos que o banco tem para nós, mas por um motivo - não sei qual o motivo, o Governo do Estado vem lançar, a minha situação se chama AAF e tem a outra situação ATF - tranca esse financiamento.

Pedimos encarecidamente que olhem com atenção por cada um de nós que estamos aqui, que votamos em vocês, que colocamos vocês no Poder. Respeitem-nos também.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado, Sr. Pedro Valcir da Rosa, Presidente da Associação São João de Sinop.

Então, vamos fazer uma interação entre a plateia e a mesa, vamos voltar à palavra à mesa e ouvirmos as pessoas que, realmente, podem responder essas perguntas no primeiro momento e fazermos ao final um grande acordo ouvindo os poderes do IBAMA, SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente - e o INCRA.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, o Dr. João Bosco Moraes, Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso. Quero, primeiramente, já de antemão agradecer o Dr. João Bosco pelo seu empenho de estar conosco. Com certeza, a sua contribuição, o senhor sabe do seu trabalho, da sua luta, sabemos das questões estruturais dentro do INCRA, estive lá esses dias com a Superintendente do INCRA de Mato Grosso, Dr<sup>a</sup> Lívia, também as questões da SEMA não são diferentes e percebemos o seu empenho e a sua dedicação porque é servidor de carreira e tem um empenho de muitos e muitos anos com o trabalhador rural.

Então, com a palavra, Vossa Excelência Dr. João Bosco Moraes, Superintendente do INCRA de Mato Grosso.

O SR. JOÃO BOSCO MORAES – Primeiramente, voltarei a Deus que continue abençoando esta reunião.

Quero dizer para os senhores uma boa tarde!

Cumprimento à mesa na pessoa do Deputado Federal Carlos Bezerra; da Prefeita Rosana; do Deputado Silvano Amaral; do Deputado Federal Valtenir Pereira; a direção do IBAMA presente; a FETAGRI- Federação dos Trabalhadores da Agricultura; o Vice-prefeito Gilson; a nossa Coordenadora Nacional do Meio Ambiente, Dr<sup>a</sup> Ivana; o Diretor Nacional, Dr. Clóvis, o senhor leve para lá, Dr. Clóvis, para o nosso Presidente Nacional do INCRA, Dr. Leonardo, os nossos agradecimentos de Mato Grosso pela vinda de vocês que, com certeza, abrihantará muito esta discussão; e me perdoem se esqueci de algum nome.

Mas, enfim, esta Audiência Pública provocada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, capitaneada pelo Deputado Silvano Amaral, é muito oportuna para discutir essa questão do desembargo ambiental. Aí dá para entender que não é coisa recente, os órgãos institucionais que cuidam dessa parte tanto o IBAMA, quanto o INCRA, como a SEMA, os órgãos de controle que é o Ministério Público Federal, ou Judiciário e aí nós não iremos entrar no mérito aqui com o que aconteceu em 2008, quando houve esse embargo da questão ambiental, vai se uma discursão mais para Mesa, mais recente.

Mas que quero dizer para os senhores o seguinte, essas autoridades que estão aqui, esta classe política que está aqui, ela esta interessada em discutir com vocês e daqui tem o vereador Carlinhos lá de Cotriguaçu; que o senhor colocou muito bem aqui, o outro vereador que também colocou aqui; da nossa vontade e vocação de em conjunto achar uma saída, em pleno sábado vocês vieram enquanto trabalhadores, hoje é um sábado, essas autoridades que estão aqui se deslocaram de suas casas, do seu ambiente, nós não temos a obrigação de trabalhar no sábado, vocês não têm essa obrigação de estarem aqui em pleno sábado à tarde, mas nós estamos aqui para discutir e achar uma saída, e tem um dito popular antigo que diz: antes tarde do que nunca, não vamos entrar no que aconteceu para trás.

Eu queria responder talvez no geral algumas coisas que colocaram aqui, senão sentir satisfeito, nós vamos anotar; eu estava ali atrás e estava sem uma anotação, mas nós vamos responder sim. Mas, essas questões dos desembargos, vamos colocar para quem realmente tem a condição de responder e com clareza dar os encaminhamentos.

Enquanto INCRA, nós estamos aproveitando a oportunidade dessa Audiência Pública de estar aqui e anunciar para você uma política de governo, da Direção Nacional do INCRA, do presidente nacional do INCRA Dr. Leonardo, dos diretores; de que esse ano o INCRA vai titular e regularizar 80 mil parcelas no país e em Mato Grosso.

Com isso, vai contribuir com a meta de três mil títulos e isso também faz parte do processo da questão ambiental e nós começamos isso no final do ano passado em Mato Grosso e aí



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

já entregamos títulos em Tabaporã, entregamos título parcial na Gleba Mercedes e hoje entregaremos mais um pouco de título aqui do PA Wesley.

São 83 títulos, na verdade não é nem uma entrega simbólica, na verdade o que vocês vão ver aqui é o título definitivo, a escritura, (PALMAS), quando colocou aqui, o Deputado colocou simbolicamente assim: porque cinco irão assinar aqui e os títulos estão aqui e todos poderão ver os nomes, o pessoal da assembleia tem os nomes, porque nós vamos assinar, como fez no outro processo e encaminhar para o cartório para fazer o registro, os parceiros não irão pagar nada do registro, e assim que estiver registrado pelo cartório os parceiros vão pegar seus títulos definitivos que estão aqui.

Não deu para concluir todos ainda? Não deu. Os títulos estavam com algumas parcelas; com algumas irregularidades, outras estavam bloqueadas e aí não é embargada, tem essa diferença em relação a embargo ambiental e tem parceiros que estão bloqueados, foi colocado que é bloqueado pelo TCU-Tribunal de Contas da União.

Foi colocada aquela questão da riqueza que era funcionário público, mas essas questões também do desbloqueio, o INCRA já tomou as providências, o INCRA Nacional em conjunto com os Estados elaborou o chamado Plano de Providências, apresentando pelo TCU e vocês perceberam que começaram a sair os desbloqueios de quem foi bloqueado pelo TCU. Tanto é que entregamos aproximadamente quase 100 títulos lá no Wesley e não chegou nem a 100 lá em Tabaporã, porque alguns estavam bloqueados pelo TCU.

Hoje, graças a Deus com o trabalho de todos, já está desbloqueado quase a maioria, voltando à equipe; já estará lá nos assentamentos para fazer o trabalho da titulação que está faltando (PALMAS).

Em relação ao questionamento que foi colocado do título do PA Wesley, já irei responder para não passar batido, colocarei no geral, serve para todos. Certo? O título foi expedido, se não me engano, de 80 hectares que foi falado e serão alagados 30 hectares, esse é do PA Wesley, a usina será alagada e foi um processo delicado, um processo moroso, um processo desgastante, os órgãos de controle em cima, porque é um projeto de assentamento.

Como é que um projeto de assentamento entrará em uma usina e será alagado? Mas, não é uma questão... É uma questão de utilidade pública, tivemos que enfrentar essa questão, a associação que está presente lá do assentamento sabe disso, essa discussão junto ao Ministério Público, enfim, teve que acontecer, aconteceu. Mais um problema que estamos enfrentando em conjunto.

E o título definitivo, tentamos, não conseguimos expedir as áreas que serão alagadas parcialmente e as que ficarão remanescentes, não conseguimos expedir tecnicamente na parcela que ficará, se é 50 hectares; se ficará com 50, ou será 30 que será alagado, mas quem ficou com 30 e 50 será alagado, tecnicamente, não foi possível. Mas, o tempo urge e tínhamos que tomar uma decisão e a decisão foi tomada, inclusive, junto com o Ministério Público Federal, “vamos expedir o título no total” que tecnicamente, era possível, aí não conseguiu expedir o título no total, mas o valor que saiu para pagar saiu no total também, porque foi aquele valor por hectare, mas as áreas que estão sendo alagadas e que vai ficar só com 50 hectares, nós estamos trabalhando para resolver essa questão, certo?

Os senhores não vão pagar realmente esses que não... O que vai ser alagado, não vai pagar aquele valor, certo? E aí nós poderemos entrar numa discussão posterior, vem aqui no assentamento, vai ter um técnico meu aqui. Está aqui o Edilson, que eu trouxe, vai lá pegar a assinatura, vai lá amanhã, no domingo. Nós podemos vir para discutir essa questão melhor, explicar

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

como é esse pagamento, o prazo de carência e também tomar o seguinte cuidado já aproveitando do PA...

A usina está indenizando os parceiros, certo? E há um questionamento se esse valor é justo ou não é justo, uns questionam, já questionaram: “olha, o que está pagando não é correto”, estivemos aqui juntos ao Ministério Público Federal – hoje é o Dr. Alê e outro procurador, antes era a Dr<sup>a</sup> Flávia, que foi para outro Estado –, e nós tomamos a seguinte decisão em conjunto com a direção nacional do INCRA, na pessoa do Dr. Clóvis, que está aqui presente: vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma vistoria – e estou passando para vocês –, vamos fazer uma perícia também com o nosso perito federal, dois peritos federais estão fazendo, vieram aqui já, vocês viram, não sei se esteve no assentamento, Dr. Miguel e Dr. Cássio, fizeram uma perícia, estão acertando para nós o valor justo, vamos apresentar ao Ministro Público Federal e aí comparar com o que a empresa está colocando e fazer esse debate para fazer o preço justo. Mas enfim, técnico passou, continuamos com o debate.

Obrigado, Deus continue nos abençoando nesta tarde para que a reunião seja frutífera. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Dr. João Bosco, pelas suas palavras.

E fica aí também a notícia que amanhã estará técnico do INCRA, que é o Dr. Edilson, também conheço ele, uma pessoa muito competente na sua função, comprometido com a causa do trabalhador rural. Isso vai dar essa oportunidade para que o nosso trabalhador rural lá da Gleba Mercedes V possa junto com o técnico do INCRA também tirar outras dúvidas.

Agora, quero chamar também para fazer uso da palavra e para contribuir tecnicamente com o debate o Dr. Rodrigo Quintana, Assessor Chefe da SEMA, neste ato, representando o Secretário Estadual e Vice-Governador Carlos Fávaro.

O SR. RODRIGO QUINTANA– Boa tarde a todos.

De início, cumprimento e parabenizo o Deputado Silvano Amaral pela realização deste evento, um tema delicadíssimo de se tratar: embargos ambientais relacionados à regularização ambiental; e cumprimento a mesa toda em nome da Prefeita Rosana Martinelli, nossa anfitriã de hoje.

Quero dizer claramente para os senhores que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente está completamente aberta e empenhada em solucionar esse tema, como eu disse, delicado, dos embargos ambientais. Há um ano, vimos trabalhando na promoção, no desenvolvimento do Cadastro Ambiental Rural. Assumimos a Secretaria em abril do ano passado e nos deparamos com uma situação de não funcionalidade do Cadastro Ambiental Rural, que foi desenvolvido pelo Governo Federal.

O Vice-Governador Carlos Fávaro esteve, logo que assumiu o Ministro Zequinha Sarney, solicitando o código fonte para que fizéssemos as melhorias no sistema, mas isso não foi possível. Foi, então, que fizemos um amplo diagnóstico da situação e decidimos pela retomada da autonomia da gestão do Cadastro Ambiental Rural e também a implantação do Programa de Regularização Ambiental.

Coincidentemente, Deputado, segunda-feira foi publicada a Lei Complementar nº 592/2017, que é a lei que institui o Cadastro Ambiental Rural, disciplina o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental no Estado de Mato Grosso, e na segunda-feira estará sendo publicado um decreto regulamentador dessa lei e o Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural inicia a sua operação e a sua funcionalidade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Faço esta exposição, porque o tema desembargos ambientais... Só existe esse caminho para ajustar, a não ser que haja outra saída que não seja a que temos hoje na legislação, mas é por meio da regularização ambiental dos imóveis rurais.

Eu ouvi muito atentamente as palavras, chamaria até a atenção do Secretário de Meio Ambiente de Nova Ubiratã, ele fez uma exposição que é a mesma exposição que o Vice-Governador faz, que nos colocou essa missão desde que chegou a SEMA: “olha, não tem prisão perpétua no Brasil para quem comete homicídio, todo mundo tem que ter uma porta de saída, tem que ter uma porta de solução dos seus problemas”.

O que ele colocou, em primeiro lugar, é que todo mundo que possui problema de infrações ambientais cometidas, de embargos, em termos de interdição, alguma coisa, a SEMA tem que apresentar o caminho para a solução.

A lei... Eu vi que foram colocadas várias posições, alguns proprietários disseram bem claramente que não sentem condições econômicas ou estruturais de fazer o restauro, de fazer a recomposição, isso é um problema.

Nós no decreto estamos colocando duas possibilidades de regularização dos imóveis no caso dos assentamentos, tanto pelo órgão fundiário como pelo próprio possuidor. O próprio possuidor vai poder fazer a sua regularização ou então o órgão fundiário vai poder fazer a regularização por ele.

A lei também faculta várias opções ou de restauro de recomposição no próprio loteamento, no próprio assentamento, a compensação por meio de doação de unidades de áreas de conservação, as cotas de reserva ambiental, a averbação de servidão ambiental. Para que possamos ter esse diagnóstico muito claro... Isso já é um compromisso que... Tendo essa visão do que foi dito aqui, Deputado, eu precisaria saber como está o grau de cadastros ambientais rurais desses assentamentos para que a SEMA possa fazer um diagnóstico e assim fazermos reuniões técnicas com cada assentamento desses, com nossa equipe da SEMA, falando do programa de regularização ambiental e apontando quais são as possíveis soluções para cada caso.

Eu acho que o encaminhamento proposto seria esse. Como disse, a SEMA tem total empenho, dedicação e interesse, porque na gestão ambiental o último, o fim que você objetiva nela é a regularização. Alguém está embargado, alguém não cumpriu mais um percentual de reserva legal ou degradou uma APP, nós precisamos encontrar uma solução para isso.

A SEMA com todo esse movimento que fez, desenvolvemos emergencialmente um sistema próprio para poder receber esses cadastros e aperfeiçoar a análise de validação e promover essa regularização, então nós temos total interesse em estar empenhado em achar solução para esses assentamentos.

Então, o que eu colocaria aqui de compromisso do Vice-Governador, é que ele acha que todo mundo tem que ter uma porta de saída dos seus problemas. Na parte ambiental, não seria diferente e acho que a solução seria essa.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Dr. Rodrigo Quintana. Então, o que o senhor propõe seria um ajuste, um grupo com o INCRA em função do novo CAR, é isso? Para poder estudar cada um dos assentamentos.

(O SR. RODRIGO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RODRIGO QUINTANA – Terminada a parte da análise e validação do cadastro ambiental rural, nós vamos ter um cenário do tamanho desse passivo, que passivo é esse, e aí saberemos quais são as possíveis soluções, os casos em que há a necessidade da recomposição, os

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

casos em que são possíveis essas compensações. Temos que chamar os assentados, os senhores que estão aqui, chamar o INCRA, também, porque é o órgão fundiário responsável por isso e apontar as soluções de como podemos fazer a regularização ambiental, e esse embargo... E aí, eu acho que tem a representante do IBAMA, assinado os compromissos com a regularização ambiental, os embargos, naturalmente, estão extintos.

A SR<sup>a</sup> ROSANA MARTINELLI - Dr. Rodrigo, para o pessoal saber e sair com alguma coisa mais concreta, há uma previsão de quando vai terminar esse levantamento do CAR?

O SR. RODRIGO QUINTANA - Nós temos uma previsão de analisar quatro mil CARs por mês. Essas áreas embargadas têm prioridade. Eu acredito que seria possível colocarmos um cenário de 60 dias para incluir essas prioridades, mas tem que ser uma prioridade de governo também, não é, Deputado? Como já estamos partindo desta Audiência Pública, 60 dias para ter esse diagnóstico, esse cenário, e já começar a agendar essas reuniões técnicas para apontar soluções de regularização.

O SR. CARLOS BEZERRA - Dr. Rodrigo, essa questão do desbloqueio em Mato Grosso é uma questão grave, como a questão dos títulos, dos documentos. Eu fui ao Presidente da República para tratar desse assunto para ver se resolve. Quanto à questão da titulação, começamos a fazer devagar, mas já estamos fazendo e queremos que ande mais rápido, já entregamos alguns títulos e vamos entregar mais.

Na questão ambiental, o Presidente da República ligou para o Ministro do Meio Ambiente na minha frente, colocou a minha preocupação para o Ministro do Meio Ambiente, e pediu que ele tomasse providências para resolver essa questão dos embargos. O Ministro Zequinha Sarney reuniu a equipe dele, depois me chamou, eu fui lá e ele falou: “Bezerra, não tem jeito, o problema não é conosco, no Governo Federal, o problema é com o Governo Estadual de Mato Grosso que não evolui, não cumpre as tratativas que nós temos. Enquanto não resolver isso, não andarão as questões dos embargos.”

Inclusive, eu pedi para os três Deputados Estaduais nossos marcarem uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa, chamarem o pessoal da SEMA, o pessoal do Ministério - e isso não foi marcado até agora - para que a SEMA cumpra a sua parte, porque, lá no Ministério, a colocação é essa, com contundência: “Mato Grosso é relapso, não faz sua parte, enquanto o Estado não fizer a sua parte não vai andar a questão dos embargos. Então, eu gostaria que Vossa Excelência falasse sobre esse assunto. (PALMAS)

O SR. RODRIGO QUINTANA - Deputado, eu gostaria de saber qual é essa parte, porque nós entendemos que o Governo Federal é que não cumpriu com o Estado de Mato Grosso...

O SR. CARLOS BEZERRA - ... É só você procurar o Ministério do Meio Ambiente, a Presidente do IBAMA e o Ministro Zequinha Sarney, que eles.. Eles me fizeram um “catatau” lá, eu fiquei duas horas no gabinete deles...

O SR. RODRIGO QUINTANA - Qual o compromisso que não foi cumprido?

O SR. CARLOS BEZERRA - Eles estão prontos para virem aqui, para debater o assunto, eles querem resolver. O Presidente da República está forçando para que eles resolvam esse assunto, que isso possa encaminhar, mas eles se sentem impotentes porque uma parte é de responsabilidade deles e a outra parte é responsabilidade do Estado. E eles dizem que a parte do Estado... Se você quiser ir a Brasília, semana que vem, eu marco uma Audiência, e você vai ouvir deles. Vamos marcar a Audiência e você pode vir com a cúpula toda da SEMA, marco a Audiência e vocês vão ouvir deles. Eu não tenho detalhe técnico, eu não sou um computador, mas eu sei que eles colocaram uma montanha de coisas para mim lá, eu falei “tudo bem”, e o que eu fiz? Como o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

diálogo com o Governador é muito difícil, impossível, eu pedi para a nossa bancada que marcasse uma Audiência Pública na Assembleia para chamar a SEMA, o Meio Ambiente para discutir isso e ver no que o Estado está falhando para poder arrumar, para poder encaminhar as coisas em Mato Grosso. Então, se você quiser, nós marcamos já para semana que vem...

O SR. RODRIGO QUINTANA - Podemos marcar.

O SR. CARLOS BEZERRA - Vai uma equipe da SEMA lá para ouvir a Presidente do IBAMA, o Ministro Zequinha Sarney, que eles vão colocar para vocês o que colocaram para mim.

O SR. RODRIGO QUINTANA - Nós podemos marcar, nós não temos nenhuma pendência com o Governo Federal, pelo contrário. Como eu disse na minha exposição, nós saímos do sistema do Governo Federal porque ele não funciona. Eles não desenvolveram os módulos que eram para ser desenvolvidos, módulos de análise e validação do CAR, não desenvolveram o programa de regularização ambiental, por isso nós tivemos que fazer o nosso, do Estado de Mato Grosso, entregamos agora, e vai começar a operar na segunda-feira.

Mas marcamos a reunião onde quer que seja, o Ministro Zequinha Sarney sabe das pendências do Governo Federal com o Estado de Mato Grosso. Foi cobrado o código fonte para podermos melhorar o sistema do Governo Federal, não foi fornecido, e tivemos que fazer o próprio. Entendemos que, com esse próprio, nós vamos conseguir atingir a regularização ambiental dos assentamentos, e o IBAMA vai poder proceder ao desembargo dessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> ROSANA MARTINELLI - Com licença, quem tem o CAR, que já foi feito, vai ter que fazer novamente, Dr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO QUINTANA - Não vai ter que fazer, ele vai migrar normalmente. Nós estamos fazendo a migração do Governo Federal para o Estado. Eventualmente, vai ser solicitada alguma informação adicional, porque nós entendíamos que o sistema do Governo Federal era muito genérico, faltavam algumas informações que nós entendemos que são necessárias para proceder até a finalização da regularização.

A SR<sup>a</sup> ADRIANA POMMER - Boa tarde, já quase boa noite!

Eu tenho uma pergunta em relação a essa questão da migração do Cadastro e da nova legislação. Enquanto advogada, acompanhei de perto e conheço os novos dispositivos mencionados pelo doutor.

Eu irei fazer uma defesa do nosso Estado, Deputado Carlos Bezerra, em relação à adesão ao CAR Federal. O nosso Estado é, sem sombra de dúvidas, o número 01 em relação à adesão ao CAR Federal. De fato, a dificuldade que paralisou o processo de regularização e impede que os produtores rurais atendam as exigências do IBAMA é a impossibilidade de adesão ao PRA-Programa de Regularização Ambiental. Então, isso será solucionado agora com a nova legislação e com esse novo sistema. Agora, sim, o CAR poderá ser validado, explicando aos produtores que o CAR é um ato declaratório. Eu vou lá e falo como é a minha área, é aberta, é mato, não é, o que precisa ser feito antes de aderir a essa regularização. A SEMA precisa dizer: “Olha, o seu CAR está correto. É isso mesmo, essa parte é aberta, essa parte é consolidada.”

Isso não era possível fazer no sistema federal, Deputado. O Estado tentou corrigir isso por meio do sistema federal e não conseguiu. Agora retoma o sistema e vai conseguir analisar esses cadastros conforme o compromisso que o Dr. Rodrigo está nos propondo para tentar dar uma prioridade aos assentados.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Mas, a minha dúvida, Sr. Rodrigo, também para o pessoal do INCRA, é saber como fica a situação individual desse produtor. Porque essa fase declaratória do CAR é feita pelo próprio produtor ou, no caso do CAR Coletivo, pelo INCRA. E agora onde eles terão que corrigir as pendências e aderir ao PRA para que passe esse processo de regularização, exige-se uma anotação de responsabilidade técnica a um profissional ambiental. Como ficará essa situação? O assentado terá que disponibilizar esse profissional? Porque voltamos para aquela questão que foi apontada por vários: “Você tem condições financeiras de fazer isso?” O assentado terá que pagar um engenheiro, pagar a própria nota da ART, pagar a própria guia da ART, ou o INCRA irá arcar com todos esses custos desse processo de regularização, atendendo, inclusive, situações individuais? É este o meu questionamento ao Sr. Rodrigo, se teria essa responsabilidade técnica, e ao INCRA, como será resolvida essa questão desses custos e dessa prestação de serviço de uma engenharia, de um profissional técnico ambiental para os assentados.

A SR<sup>a</sup> IVANA SILVA SOBRAL - Boa noite a todos!

Eu gostaria de agradecer o convite. Eu sou Ivana, Coordenadora Nacional de Meio Ambiente do INCRA.

Em relação aos custos que a doutora colocou, perguntou como será, casa com a proposta do INCRA, porque o INCRA está contratando por meio de um TED-Termo de Execução Descentralizada, passando recurso à UNB para fazer o CAR lote dos assentamentos e o primeiro Estado a ser contemplado será de Mato Grosso. Então, aqui vai começar um projeto-piloto e todo o trabalho necessário para a realização do CAR será feito pela UNB nos assentamentos.

A proposta do Dr. Rodrigo casa, então, com essa proposta do INCRA de fazer esse grupo de trabalho, essa discussão. E ele está sendo feito em dois âmbitos: no âmbito nacional está sendo feita uma discussão como o Dr. Clóvis já passou para nós aqui, está sendo feita uma discussão entre o INCRA e o IBAMA Nacional para ver como se dará essa questão dos desembargos dos perímetros e dos assentamentos.

Com relação ao desembargo dos lotes está sendo tratado entre a Superintendência Regional e o IBAMA. Foi feito um Grupo de Trabalho que o pessoal do IBAMA não sei se está acompanhando, mas o pessoal da Superintendência me passou que está sendo feito esse trabalho. Já foram feitas duas reuniões estaduais e esse Grupo de Trabalho está tendo sucesso, está tendo êxito. Inclusive, o IBAMA está dando apoio necessário para ser feita uma proposta, um projeto-piloto de um programa de recuperação ambiental.

Então, acho que casa aqui, pois todos que estão aqui têm o mesmo sentimento, têm o mesmo objetivo, que é resolver essa questão dos desembargos nos assentamentos. E o INCRA Nacional se coloca à disposição. É como falei estamos participando desse grupo na esfera nacional e o pessoal da Superintendência aqui em âmbito regional.

Então, é isso! Estamos à disposição! E damos essa notícia de que vocês estão sendo contemplados com o CAR lote. O primeiro Estado! O projeto-piloto será implantado aqui, no Estado.

Era isso! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigada, Dr<sup>a</sup> Ivana, por sua participação.

Agora sim, quero passar a palavra à Dr<sup>a</sup> Joselita Giordani, Analista Ambiental do IBAMA, que é o detentor desse processo de embargo ambiental nos assentamentos de Mato Grosso.

Então, com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Joselita.

Fique à vontade!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

A SRª JOSELITA GIORDANI – Boa noite a todos!

Vou falar sentada, se me permitem!

Quero cumprimentar cada um de vocês e dizer que me reconheço bastante nessa luta dos agricultores familiares. Como vários que me antecederam aqui, também, sou filha de agricultor familiar, meu pai é um assentado do Projeto Terra Nova do Norte, aqui pertinho.

Acho que uma coisa que precisa ficar bem claro é os diferentes papéis: o papel do INCRA, que é de regularização fundiária; o papel do IBAMA, que é de executar a política nacional do meio ambiente. E aqui, na Amazônia Mato-Grossense, sobretudo, desenvolvemos o PPCDAM-Programa de Proteção e Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia. Então, isso é o gerador dos embargos. E a SEMA está nesse papel, hoje... Hoje, não! A gestão florestal passou à SEMA em 2006. Então, o papel autorizativo de regularização ambiental é da SEMA. E o Dr. Rodrigo colocou todo esse empenho existente.

Então, uma questão: se tivéssemos esta Audiência Pública antes dos desmatamentos, não precisaríamos estar resolvendo, porque teria sido um desmatamento legal e não teria problema nenhum. Mas os desmatamentos aconteceram de forma ilegal e aí entra a questão do embargo. O embargo aplicado pelo IBAMA... O IBAMA... Está na legislação e o IBAMA tem que cumprir. O desmatamento de floresta nativa sem autorização gera multa e gera embargo. Embargo por quê? Para impedir que continue aquela degradação e para propiciar a recomposição daquele ambiente ou a regularização. E aí a questão que foi colocada aqui, mas quando o nosso assentamento foi criado a reserva legal era coletiva. Então, em tese, eu poderia desmatar todo meu lote? Sim! Era passível! Só foi desmatado sem autorização. Por que não teve autorização?

Em relação aos embargos dos assentamentos nós precisamos desconstruir alguns mitos, também.

“O IBAMA embargou e eu não posso fazer mais nada na área?” Não! O embargo da área, o embargo em áreas de posse ou em pequena propriedade rural é um embargo de área. A atividade de subsistência pode continuar sendo desenvolvida na área. Então, não vai passar fome, porque o IBAMA não... A atividade de subsistência pode continuar sendo desenvolvida, sim. A questão, lógico, não vai... O CPF do proprietário... Ele não poderá acessar crédito, mas a continuidade da atividade o embargo não alcança.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA – INAUDÍVEL.)

A SRª JOSELITA GIORDANI – Gente, eu estou colocando...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA NOVAMENTE – INAUDÍVEL.)

A SRª JOSELITA GIORDANI – Sim, mas foi exatamente o que eu disse: a atividade pode continuar a produzir. A questão está, logicamente, no CPF, porque vai para a lista pública de áreas embargadas. Então, tem que buscar a solução para isso.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA NOVAMENTE – INAUDÍVEL.)

A SRª JOSELITA GIORDANI – Há dois tipos de embargos que foram feitos: embargo do perímetro todo do assentamento, embargos aplicados ao INCRA. O embargo aplicado ao INCRA, hoje, tem uma Câmara de Conciliação. Foi neste ano constituída uma Câmara de Conciliação, em Brasília, a AGU intermediando, a Procuradoria do IBAMA, a Procuradoria do INCRA, para fazer o desembargo. Então, essa questão do embargo do perímetro do assentamento, os embargos aplicados ao INCRA estão sendo definidos e decididos em Brasília.

Por que não desembarga? Por que não desembargou, ainda? Porque para fazer o desembargo é preciso regularizar a situação daquele assentamento, daquele lote ou reparar o dano ambiental ou recuperar. Há esses dois caminhos: regularizar ou recuperar. Nessa Câmara de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Conciliação a qual definição se está chegando? Vai desembargar. Já teve reuniões dessa câmara e acredito que logo será resolvida a questão do embargo ao INCRA. Entretanto, precisa-se regularizar a situação lote a lote dos assentamentos. É aí que entra a responsabilidade do INCRA, também, porque o INCRA precisa dizer onde, como foi criado aquele assentamento? Se é reserva legal ou coletiva, as pessoas não precisam... Os que desmataram até 2008 é só recuperar a APP, e APP de pequena propriedade são cinco metros. Então, não é difícil fazer...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

A SR<sup>a</sup> JOSELITA GIORDANI – É caso a caso. Procura e solicita o desembargo, se é anterior a 2008, se não tem área de preservação permanente degradada, faz o requerimento e pede o desembargo, porque, realmente, não tem motivo para estar embargada.

Agora...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

A SR<sup>a</sup> JOSELITA GIORDANI – Resolve. Resolve, sim, fazer o encaminhamento certo.

O SR. VEREADOR (DE TABAPORÃ) – Doutora, eu sou Vereador no Município de Tabaporã e quero agradecer a todos.

Nós todos somos trabalhadores rurais. E aí, doutora, sabe o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Vereador, a Joselita vai concluir o seu raciocínio.

A SR<sup>a</sup> JOSELITA GIORDANI – Então, pessoal, a condição para o desembargo, desmate anterior a 2008, se a reserva legal era no lote, o que desmatou foi anistiado, todo mundo sabe. Mas, o grande problema está no desmate posterior a 22 de julho de 2008.

Esse desmatamento, depois de 22 de julho de 2008, aí que o INCRA precisa dizer onde é a reserva desse assentamento. Se há uma reserva coletiva, não precisa recuperar dentro do próprio lote, dentro da própria parcela. Agora, se a reserva era na parcela, como é que vai resolver essa situação se não for via recuperação?

Eu só queria destacar que a recuperação é possível e não é só deixar mato crescer, mato improdutivo, a legislação, o novo código prevê recuperação por meio de sistemas produtivos.

Então, se alguém tem passivo que precisa regularizar, existem formas de reparar com produção, aliando recuperação com produção.

A pequena propriedade ou a posse familiar tem garantias legais de que o Poder Público tem que ajudar a fazer a recuperação, que tiver que fazer, assistência técnica e com recursos.

Para vocês terem uma ideia, nós cobramos a reposição florestal de quem desmatou ilegalmente. A SEMA cobra a reposição florestal para consumidores de madeira, e a reposição florestal, de fato, nós não enxergamos. Está pagando em dinheiro.

Então, existe possibilidade de recurso para auxiliar os pequenos proprietários rurais a recuperar as suas áreas que precisam ser recuperadas.

É muito importante o chamamento da Assembleia Legislativa, porque, o que foi colocado aqui na mesa, para vocês regularizarem as propriedades tem custo.

Se nós formos exigir o que está na Legislação Estadual e mesmo que seja um órgão federal, como é a SEMA que tem que regularizar, nós temos que atender a Legislação do Estado, precisa também a APF, que é uma autorização provisória autorizando o exercício de atividade agrícola e pecuária no lote.

Para fazer uma APF, dizem que os engenheiros florestais cobram de mil a três mil reais. Isso é custo!



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Então, por que não os Deputados, na Assembleia Legislativa, junto com a SEMA, reformar esse Decreto, colocando a não necessidade disso para as pequenas propriedades que desenvolvem atividades de subsistência.

Existem caminhos, existem recursos que podem ser acessados para auxiliar aqueles que querem regularizar a sua situação e recuperar as possíveis áreas permanentes degradadas ou áreas de reserva.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Eu só queria falar ao representante do IBAMA e às pessoas que aqui estão e fazer uma pergunta... Nós estamos falando aqui de um debate que desde quando assumi como Deputado, em 2015, já era uma discussão imensa. Hoje o IBAMA embargou. Ou seja, estão embargados os assentamentos e as soluções não andam, não acontecem.

O Rodrigo falou há pouco sobre essa questão do CAR, que existe uma dificuldade com o próprio Governo Federal e agora foi possível fazê-lo desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso e também com a legislação que trata do CAR agora.

O que eu queria dizer a Joselita, ao Rodrigo e a representante do INCRA, Dr<sup>a</sup> Ivana, que pudéssemos dar...

Você, Joselita, falou do que precisa ser feito, da forma que pode ser recuperado esse passivo ambiental, inclusive, com a questão produtiva lá. Não é? Com cupuaçu, com castanha e por aí adiante vai. Mas o fato é que esse processo anda desde 2008, está embargado, não tem como. Inclusive, pessoas que receberam o título estão do mesmo tamanho, na verdade. Precisa desembargar para poder buscar recurso.

Então, para fazermos uma ação concreta, eu quero fazer aqui uma proposição, até mesmo porque esse processo todo, até em função do novo CAR, precisa ser rediscutido. A própria Lei agora facilitou bastante, avançou bastante e vai facilitar esse processo.

O que eu quero propor, Rodrigo – ela falou há pouco da questão de isentarmos os produtores dessa situação que custa caro, que são cobradas pelos profissionais -, é um trabalho técnico.

Você disse há pouco que já existe um grupo de trabalho no INCRA, a Dr<sup>a</sup> Ivana também falou...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Com esse contexto, eu quero propor que no máximo em 60 dias, pedir ao Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso, a Ivana, também ao Rodrigo e a representante do IBAMA, que pudéssemos fazer uma pauta e também criar um calendário para que as pessoas possam ter uma certa expectativa e definirem seus destinos, porque estamos falando em desembargo, desembargo 2008, aí tem essa questão do CAR, tem a questão do INCRA...

O que eu quero propor aqui, Rodrigo, Ivana - você que representa o INCRA Nacional, quero agradecer o seu esforço, muito obrigado por você estar aqui hoje, quero também agradecer em nome do Dr. Leonardo Goés, que foi uma pessoa que também ajudou para que você estivesse aqui – é que possamos criar uma agenda positiva.

Nós vemos e entendemos a dificuldade e a revolta daquela senhora quando fala; “mas não resolve, não anda, não acontece”.

Quero aqui sugerir sobre a possibilidade de criarmos, Diretor Nacional do INCRA, Dr. Clóvis, que também tem essa natureza, essa habilidade com as questões dos nossos trabalhadores rurais de Mato Grosso, é muito respeitado lá no INCRA Nacional em função da vivência nos nossos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.

---

assentamentos, quero propor que pudéssemos fazer uma agenda positiva, criar esse calendário e dizer aos nossos trabalhadores rurais o *pari passu* e quando vamos definitivamente resolver: o que precisa ser feito? O que pode resolver? Quanto podemos contribuir?

Na verdade, percebemos que esse embargo passa naturalmente entre o IBAMA, INCRA e SEMA. Então, quero propor aqui, e vou passar a palavra ao senhor, para que possa se manifestar em relação à questão da isenção desses custos dos nossos trabalhadores colocado aqui pela Sr<sup>a</sup> Joselita, para o senhor, se puder, também se manifestar sobre esse acordo que queremos fazer aqui.

O SR. RODRIGO QUINTANA - Foi boa a fala da representante do IBAMA porque nós tivemos um grande percalço com relação à APF.

A APF foi criada em 2015, quando era Secretária a Dr<sup>a</sup> Ana Luiza Peterlini, Promotora de Justiça, colega do Dr. Pompilho aqui, e certamente ela criou um instrumento porque previu essa demora nessa implantação dos programas de regularização ambiental.

Qual era a ideia? A ideia era que com a APF houvesse o desembargo. Mas eu não estava lá e não tenho como saber como foram as tratativas com relação ao IBAMA, porque o que aconteceu foi que as APFs eram emitidas e o IBAMA não estava aceitando para desembargar as áreas.

Eu não sei se os assentamentos rurais tiveram acesso a APF, se fizeram APF também, mas, enfim, houve esse descompasso, que muito provavelmente, Deputado, havendo problemas com relação a tempo para chegarmos à solução disso, vendo essa situação do impedimento da questão da produção e da comercialização dos produtos, podemos pensar, porque a APF ainda está em vigor, ela termina agora em agosto de 2017, mas, havendo um horizonte um pouco mais nebuloso com relação aos prazos para se chegar a essa regularização ambiental, porque nós vamos nos envolver e vamos precisar muito da gestão do INCRA nisso, vamos precisar de varias gestões, e estamos estimando um prazo de 60 dias para um diagnóstico inicial...

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. RODRIGO QUINTANA - Exatamente.

Então, da nossa parte como já tinha exposto, podemos criar essa agenda dos próximos 60 dias e uma série de atividades, colocar a área técnica da SEMA, que é a superintendência de regularização e monitoramento ambiental - vamos coloca-los empenhados - e acho que os atores já estão bem colocados, acho que a Assembleia tem uma participação importante, o INCRA, a SEMA e o IBAMA, que é o órgão que promoveu os embargos.

Da nossa parte, estamos empenhados e concordando com essa agenda.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Passo a palavra para a representante do INCRA, para que possam também se manifestar em relação à questão da agenda.

A SR<sup>a</sup> IVANA SILVA SOBRAL – Com relação à agenda, colocamos-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Só para deixar claro, a nossa ideia é que em 60 dias possamos criar uma agenda estabelecendo alguns prazos.

Não é que será resolvido em 60 dias, mas que possamos criar uma agenda e divulgar por meio das mídias sociais para todos os trabalhadores os prazos que estão pretendendo o INCRA, a SEMA e o IBAMA no cumprimento dessas questões de pendências, tanto da forma, inclusive a Dr<sup>a</sup> Livia já tinha falado sobre esse processo de reflorestamento, da questão, e dependendo do formato ela não chega a ser uma reserva, é uma reserva, mas, acima de tudo, produtiva, com uma forma de ganhar dinheiro. Mas tudo isso depende de recurso e de debate.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Então, eu só queria deixar claro, que é para criar uma agenda para que o nosso trabalhador rural possa ter um horizonte definido de quando vamos ficar livres desse embargo.

A SR<sup>a</sup> IVANA SILVA SOBRAL – Como sugestão dessa agenda, poderíamos fazer um encontro no INCRA em Brasília - se vocês pudessem participar seria ótimo - e poderíamos fazer uma agenda tanto em âmbito nacional quanto no âmbito estadual. Estaríamos levando os técnicos do INCRA para lá, para discutirmos, fazendo esse cronograma.

Eu peço auxílio de vocês na tratativa com o IBAMA Nacional, porque encaminhamos a minuta de um TAC já com proposta de um projeto piloto e até agora não tivemos retorno.

Eu peço ajuda dos Deputados para conseguirmos fazer essa articulação em âmbito nacional.

No âmbito estadual o pessoal do INCRA está conseguindo dialogar bem com o IBAMA do Estado, então, não estamos com nenhum problema de diálogo.

Nós apresentamos essa proposta já tem mais ou menos dois meses para o IBAMA Nacional e não tivemos esse retorno ainda, e pedimos também o auxílio de vocês.

Se for o caso podemos, em nível de presidência, de presidente para presidente do IBAMA e do INCRA, mas precisamos avançar nessa questão, no retorno dessa agenda com o IBAMA Nacional.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Ivana, pela proposta.

Eu queria ouvir também a respeito, para concluir o processo, a representante do INCRA em relação à questão dessa agenda.

Em seguida passarei a palavra ao representante da FETAGRI de Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> JOSELITA GIORDANI – Eu queria dizer que a Lívia, que é Superintendente, está nesse empenho, inclusive mandou comunicado por meio de memorando para as unidades de Mato Grosso, para que deem prioridade na análise dos pedidos de desembargos de assentamentos, sobretudo aqueles que o desmate é anterior a 2008, que já estão inscritos no CAR.

Então, o IBAMA está nesse empenho de buscar soluções junto, dialogando com o INCRA, inclusive dialogando com outras organizações da sociedade civil que desenvolvem projetos dentro de assentamentos com recurso do Fundo da Amazônia, com recurso público, para dar prioridade a esses lotes que estão com embargo, para poder se regularizar e efetivamente desembargar.

Eu acho que é tranquilo de fazer uma agenda comum aqui no Estado. O IBAMA com certeza quer ajudar e participar da solução também.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Joselita, por sua participação.

Aqui temos um fato prático, que é essa agenda que em 60 dias vai apresentar, tanto representantes da SEMA, do IBAMA e também do INCRA do Mato Grosso e do Brasil, para que possamos ter um calendário, um cronograma, como disse a Dr<sup>a</sup> Ivana, a respeito dessa questão dos embargos. E, naturalmente, os sindicatos, os trabalhadores rurais, todos aqueles que têm interesse - será divulgado por meio das mídias sociais - e poderemos, de forma oficial, ter uma data para acabar um pouco com esse sofrimento.

Doutora, vou passar a palavra ao representante do FETAGRI, porque ele pediu a palavra agora há pouco.

Fique à vontade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

O SR. ORLANDO LUIZ NICOLATTI – Em primeiro lugar, boa noite a todos.

Agradeço a iniciativa desta audiência pública.

Muito bom que o legislativo esteja aqui presente junto com o pessoal, tanto federal como estadual, no caso o Deputado Silvano, o Deputado Carlos Bezerra, e o Deputado Valtenir. Obrigado por estar junto com o nosso povo.

Agradeço a todas as autoridades que estão aqui do INCRA.

Acontece o seguinte... A questão aqui está bem declarada, o desembargo ambiental - está embargo, mas o nosso problema é o desembargo.

Acontece o seguinte: eu vejo, estou no meu dia a dia dentro do setor ambiental do INCRA junto com o Marcos, junto com o Bosco, tenho encontrado o Deputado Carlos Bezerra sempre lá apoiando o INCRA nas decisões, nosso companheiro lá que foi advogado e também dentro da SEMA, e o que tem me passado o André, Secretário Adjunto, e o Carlos Favaro, nosso Secretário Estadual de Meio Ambiente, constantemente quando sentamos com eles é esse novo sistema.

No dia 26 foi passada a Lei Complementar para todos no Diário Oficial, eu a li várias vezes, tem alguns questionamentos pontual que podemos fazer, subsidiar os custos para os agricultores familiares de baixa renda. Ainda não chegou essa proposta, mas chegará. Mas, o que me alegrou muito foi que a FETAGRI tem a sua pauta estadual de eventos, então, ainda teremos 10 coletivos estaduais regionais, e nesses 10 coletivos regionais tanto o Carlos quanto o André, perguntaram para nós, para a FETAGRI: “De que forma nós poderíamos falar com mais gente no interior?”.

Eu, como Secretário de Meio Ambiente da FETAGRI, propus que o meu espaço durante esses coletivos que serão feitos em Sinop, em breve, vocês de Sinop estejam presentes, vamos ceder para SEMA apresentar esse novo programa. Iremos em 10 municípios, 10 regiões separadas atingindo, praticamente, todos os sindicatos, toda agricultura familiar desta região.

Conforme nos apresentaram o novo programa e essa nova lei diz que a única coisa que nos preocupa são os custos. Mas, acontece o seguinte, segundo o que nos falaram, segundo o que estamos enxergando, nos passa uma esperança muito grande, porque conhecendo o problema no dia a dia em Cuiabá e em Brasília, das questões ambientais, enxergamos os gargalos. E um dos gargalos é este que foi bastante discutido aqui, é a convergência entre o IBAMA, SEMA e INCRA.

E parece-me a meus olhos, aos meus bons olhos, que isso está começando a acontecer, porque esta semana mesmo a SEMA propôs sentar com o INCRA para afinilar e tentar desenvolver esse desembaraço do Cadastro Ambiental Lote a Lote. Eu citarei um exemplo do nosso companheiro Adão da Silva, que é bem conhecido, foi Presidente da FETAGRI por dois mandatos, o lote dele em Itanhangá estava embargado. Ele fez uma proposta, apresentou no IBAMA, está desembargado. Será que estamos fazendo a proposta de desembargo corretamente?

Eu pergunto: a FETAGRI está disponível a qualquer momento? Procurem seus sindicatos, eles encaminham vocês até nós com uma proposta. Se por acaso a proposta não estiver correta, vamos ao IBAMA descobrir qual é a forma correta de entrar a favor de vocês. Estamos lá para trabalhar. É só entrar com o sindicato, estejam unidos. Entrem com o sindicato de vocês e cheguem até nós. “Já chegou? Já chegou o pedido de desembargo para nós, dizendo assim: o fulano de tal só tem esse sítio para viver e sustentar a sua família. Endereço – Avenida Brasil/Juara”. Espera um pouquinho, ele só tem um sítio e mora na cidade?

Como é que alguém vai desembargar um lote dessa forma? Nós não estamos sabendo fazer as nossas defesas, nós não estamos sabendo, nem os sindicalistas não fazem a defesa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

corretamente, eu citei uma questão, mas existem inúmeras questões que nós erramos na defesa, em vez de nós nos defendermos, nós nos complicamos cada vez mais.

Vamos tentar fazer a defesa correta. Todas as vezes que nós chegamos com uma defesa revista por um jurídico lá no IBAMA não teve problema. Foi desembargado. Agora, já tiveram muitas que chegaram até nós, que foram sozinhos no IBAMA desembargar, ao invés de desembargar complicou mais.

Eu quero parabenizar o setor ambiental do INCRA, eu estou quase toda semana lá dentro; eu vejo o esforço que eles tem para resolver esses problemas, infelizmente o sistema nacional que tinha não era competente, eu acredito no sistema estadual da SEMA, eu acredito nesse sistema, porque três anos e meio para desembargar o do Adão, dentro de uma semana depois da lei, depois do novo sistema, está desembargado, traz uma esperança.

Procure o seu sindicato, usem a federação, porque nós estamos aqui para trabalhar por vocês. Era isso aí, não vou demorar porque tem muitas coisas para serem faladas.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado Sr. Orlando Nicollati, diretor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura aqui do Estado de Mato Grosso, FETAGRI.

Estamos encaminhamento para o final da nossa audiência, quero também passar a palavra agora ao Deputado Federal Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar aqui o Deputado Silvano Amaral e parabenizá-lo por esta iniciativa de trazer esse assunto tão importante, essa demanda tão necessária para Mato Grosso, para essa discursão aberta com todos vocês que estão preocupados e querendo produzir pelo nosso Estado e pelo nosso Brasil.

Quero saudar também o Deputado Carlos Bezerra, saudar a prefeita anfitriã aqui e saudar também o prefeito de Cotriguaçu e em nome dele saudar todos que estão aqui presentes, enfim representante do IBAMA, representante da SEMA, representante do INCRA, quero saudar a todos.

É o seguinte, precisamos resolver essa questão. O Deputado Silvano fez aqui uma proposta e eu acho interessante e que esta proposta dele siga nesse prazo de 60 dias, reuniões deverão ser feitas entre os órgãos INCRA, IBAMA e SEMA, seja em nível estadual com técnicos aqui no estado de Mato Grosso desses órgãos, seja com os técnicos de nível nacional, isso é extremamente importante.

Agora, nós vamos, Deputado Federal Carlos Bezerra e eu, fazer o seguinte encaminhamento: essa semana vamos pedir audiência com o Ministro Zequinha Sarney, que é Ministro do Meio Ambiente, pedindo a presença da Presidente do IBAMA e também convidando o Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, o Vice-governador Carlos Fávaro para participar. Vamos acertar, vamos fazer a sintonia fina entre o IBAMA Nacional e a SEMA no Estado de Mato Grosso, vamos dizer assim, em nível de Parlamento em nível de Ministério e em nível de Secretaria.

Concomitante a isso, proporei e aí sugiro ao Deputado Federal Carlos Bezerra que assine comigo também uma audiência pública na Comissão de Fiscalização, Financeiro e Controle da Câmara dos Deputados, para nós também levarmos esse assunto, essa pauta para dentro do Congresso Nacional. Certo? Eu tenho certeza que não é só aqui que terá esse problema. É claro que aqui é muito mais agudo, mas é importante que a Câmara dos Deputados assuma isso. Por quê? Porque do jeito que está, os assentamentos irão virar verdadeiras favelas rurais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Olhem aqui, como é que eu irei regularizar, como é que eu irei recuperar se eu não posso vender e estou proibido de vender? Como é que eu irei fazer isso (PALMAS)? Eu só posso recuperar com investimento. Com investimento eu não posso pegar dinheiro no banco emprestado. Por quê? Porque eu estou embargado.

Aí vira aquela história, quem nasceu primeiro? A galinha ou o ovo? O Ovo ou a galinha? Porque não vamos conseguir resolver; eu não posso produzir para vender, porque não posso vender nada. Mas, mesmo assim, de teimoso, vamos dizer assim, se buscarmos recurso no banco; também não poderei pegar para poder produzir e aí não chega a lugar nenhum.

Então, precisamos urgentemente resolver essa questão. Não podemos fazer de conta que não tem nada, eu ouvi, ouvi, ouvi, a plateia foi contundente, mas eu ouvi, ouvi, ouvi, parece que patinamos, patinamos e não saímos do lugar! É extremamente importante essas iniciativas.

Eu quero dizer para todos vocês: estou junto nessa questão, é importante sabermos essa diferença de embargos ambientais com desbloqueio, porque é coisa bem diferente. Certo? Isso é coisa extremamente importante saber disso. Vamos fazer esses dois encaminhamentos, vamos pedir uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente junto com o Deputado Federal Carlos Bezerra, para que esteja presente a Presidente do IBAMA e também o Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, o Vice-Governador Carlos Fávaro.

Também vou pedir uma Audiência Pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para podermos discutir esse assunto lá no Parlamento Federal.

Obrigado e estamos juntos na caminhada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Deputado Federal Valtenir Pereira, que também contribui com esta Audiência.

Quero passar a palavra também ao Deputado Federal Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Quero cumprimentar os membros da Mesa.

Valtenir já sintetizou mais ou menos o que podemos fazer imediatamente para ajudar nesse assunto.

Da parte do Governo Federal atual, há extrema boa vontade para resolver isso, inclusive o Presidente da República tem se empenhado pessoalmente, tanto na questão da titulação como na questão dos embargos.

A titulação, vocês viram, foi editada uma Medida Provisória que flexibilizou tudo, está podendo agora documentar todo mundo, porque anteriormente não se admitia titular aquele que entrou recentemente na área, que comprou etc. Isso acabou. O funcionário público também, o cara que é assentado, fez um concurso para professor, passou, aí ele não tem direito de receber o título? Isso tudo acabou, isso mostra a boa vontade do Governo Federal em equacionar esse assunto.

Eu tenho conversado, inclusive, pessoalmente com o Presidente da República sobre isso, estamos acompanhando isso diuturnamente, tanto a questão dos títulos... Nós já entregamos alguns lá em Guarantã hoje, vamos entregar em Nova Fronteira, em Tabaporã, em Rondonópolis, vamos entregar agora lá em Querência.

Estamos entregando dentro do possível. Ficaram duas forças tarefas lá em Guarantã do Norte para trabalhar Guarantã, Peixoto de Azevedo e Matupá; duas forças tarefa grande do INCRA para vistoriar todo mundo, lá há 1.600 famílias com geo, prontos para documentar, tem só que o INCRA passar o pente-fino nessas famílias, querem até o fim do ano documentar todas elas lá, se Deus quiser.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Então, da nossa parte, da parte do Governo Federal, há boa vontade. Agora precisa haver essa interação, que não está havendo segundo me passou lá o pessoal do Ministério do Meio Ambiente em Brasília. Não está havendo essa interação, a coisa não anda, não caminha e eu insisti com a Bancada Estadual nossa para fazer uma... vocês chamam lá de... uma reunião para debater um assunto é... eu estou cansado...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE: “AUDIÊNCIA PÚBLICA”.)

O SR. CARLOS BEZERRA – Audiência Pública. Uma Audiência Pública chamando a SEMA, o IBAMA, o Ministro está pronto para isso, para vir e mandar a equipe dele para discutir o assunto lá na Assembleia Legislativa.

Não quero me alongar mais, mas eu quero dizer para vocês que há um compromisso, vou ajudar nessa interação entre o IBAMA e o INCRA, que está havendo uma dificuldade também, podemos ajudar para que essa relação entre o IBAMA e o INCRA melhore.

Eu espero que consigamos resolver não só a questão da titulação... (PALMAS)... como a questão também do desembargo o mais rápido possível. Nós não vamos descansar enquanto não resolver isso, tanto eu quanto o Deputado Federal Valtenir Pereira estamos trabalhando diuturnamente em cima dessa questão e tenham certeza que vamos conseguir êxito.

No mais, quero parabenizar o Deputado Silvano Amaral por esta Audiência Pública, mostra a sua competência como Deputado, a sua responsabilidade em tratar de um assunto de alta importância para a agricultura familiar e para Mato Grosso. Mato Grosso tem hoje mais de 100.000 famílias na agricultura familiar. Hoje isso representa mais de 20% da população do Estado. Só que os Governantes, a maioria, só olham para os tubarões, não olham para o pequeno. (PALMAS)

Outro dia o Governo estava querendo cobrar imposto do leite (PALMAS)! Querendo taxar leite! Meus Deus do céu, o pessoal da COOPERNOVA me ligou e falou: “Bezerra, ajuda, querem cobrar do leite outra vez”. Tira do tubarão da soja, tira do tubarão da pecuária, quer tirar do coitado, quem tira leite sabe o preço mísero do leite, ele tira porque tem que tirar, não tem como fazer outra coisa, é desse modo aqui o Governo de Mato Grosso... Querendo extorquir o pequeno sem dar a contrapartida necessária para ajudar o pequeno.

Vamos trabalhar juntos, o governante que tem responsabilidade sabe da importância da agricultura familiar, 70% dos alimentos nossos vêm da agricultura familiar, sem ela não existirá comida para abastecer a sua população.

Vocês contem conosco. Parabéns, Deputado Silvano Amaral! Parabéns, Assembleia Legislativa de Mato Grosso por levantar um assunto de tão grande importância para todos.

Um abraço para todos. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Deputado Federal Carlos Bezerra.

Quero passar a palavra ao Cerimonialista da nossa Audiência Pública.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) – Conforme já anunciado, neste momento, o Deputado Silvano Amaral fará a entrega aos senhores dos títulos definitivos de propriedade do PA Wesley Manoel dos Santos e da Gleba Mercedes V.

Por favor, Deputado. Acompanhado também pelo Deputado Carlos Bezerra e Deputado Valtenir Pereira.

Como já foi adiantado, esses títulos não são simbólicos, são títulos definitivos.

Também presente o Vice-Prefeito Gilson, Dr. Bosco e Dr. Clóvis.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Convido o Sr. Berlamino José Ribeiro para receber das mãos do Deputado Silvano Amaral o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO – PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) – Convido o Sr. Ladimar de Conto para receber das mãos do Deputado Silvano Amaral o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO – PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) – Convido o Sr. Alessandro Gonçalves da Silva para receber das mãos do Deputado Silvano Amaral o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO – PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) – Convido o Sr. Pedro Valcir da Rosa para receber das mãos do Deputado Silvano Amaral o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO – PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) – Convido o Sr. Ademir Marone para receber, das mãos do Deputado Silvano Amaral, o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO - PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) - Convido o Sr. Pedro Valcir da Rosa para receber, das mãos do Deputado Silvano Amaral, o título definitivo de posse.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO TÍTULO DEFINITIVO DE POSSE AO AGRACIADO - PALMAS.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (NARBAL GUERREIRO) - Títulos entregues, Deputado Silvano Amaral.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Quero só dizer que esta é uma representação de 84 títulos que hoje o INCRA de Mato Grosso faz para os nossos assentados da Gleba Mercedes.

Quero dizer ainda, Sr. Severino e Dona Marina, que o INCRA continua trabalhando para resolver essa questão da titulação. Eu conheço o senhor, sei que o senhor, como disse agora há pouco, é a essência do nosso trabalhador rural.

Aos amigos e companheiros, quero dizer que hoje estou muito feliz. Chegamos a um resultado prático desta Audiência Pública, amigo Secretário de Meio Ambiente de Nova Ubiratã, Ari Basso, que é esse processo todo, que trouxe uma agenda positiva de 60 dias, que deverá ser feita entre o INCRA, a SEMA e o IBAMA; e também as Audiências Públicas propostas pelos Deputados Federais Carlos Bezerra e Valtenir Pereira para que possamos fazer esses encaminhamentos aos órgãos competentes lá em Brasília.

Então, quero agradecer a presença do Deputado Carlos Bezerra; do Deputado Federal Valtenir Pereira; agradeço a Dr<sup>a</sup> Adriana Pommer por sua presença, que representa a OAB seccional de Sinop; agradeço a Sr<sup>a</sup> Cenilde, Presidente do Assentamento Alto Celeste do PA Jonas Pinheiro; o Dr. Jorge Yanai, que passou por aqui, Suplente do Senador Welington Fagundes; o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS EMBARGOS AMBIENTAIS**  
**DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 03**  
**DE JUNHO DE 2017, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE SINOP.**

---

Prefeito, o nosso amigo Sr. Cotcharapa, lá de Cotriguaçu; o Prefeito Sirineu Moleta de Tabaporã; o Sr. Orlando Luiz Nicolatti da FETAGRI; a Sr<sup>a</sup> Ivana da Silva Sobral, obrigado, Ivana, por sua presença, foi muito importante sua participação aqui hoje; a Sr<sup>a</sup> Joselita, que é Analista do Meio Ambiente do IBAMA; Dr. Pompilho, muito obrigado por sua presença, o senhor, como membro do Ministério Público, é muito importante para o nosso debate; a Prefeita Rosana Martinelli; Vice-Prefeito Gilson de Oliveira; o Sr. Clóvis Cardoso, Diretor Nacional de Obtenção de Terras; o Sr. Rodrigo Quintana, Assessor Chefe da SEMA. Dr. Rodrigo, obrigado por sua presença e também agradeço a presença do Sr. João Bosco, que é Superintendente do INCRA de Mato Grosso.

Senhores e senhoras, de coração, muito obrigado!

A presença dos senhores foi necessária para que pudéssemos fazer um grande avanço, um grande trabalho pelos nossos trabalhadores de Mato Grosso.

Grande abraço a todos!

Declaro encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Rosilene Ribeiro de França;
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.